

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 079/2025
Data: 17/06/2025

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
MAIS DE MEIA TONELADA DE COCAÍNA É ENCONTRADA EM CARGA DE CAFÉ NO PORTO DE SANTOS RUMO À EUROPA	4
BRASIL PRECISA INVESTIR MAIS EM TRANSPORTE, DIZ ESTUDO	6
PROJETO QUE TORNA CAP DELIBERATIVO AVANÇA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	8
PORTOS BRASILEIROS TÊM MOVIMENTAÇÃO RECORDE	10
PORTO É MUITO MAIS QUE NAVIO, PÁTIO E GATE	10
ITAQUI ALCANÇA MARCA HISTÓRICA EM MAIO	12
NOVO EDITAL FAVORECE TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ, DIZ TARCÍSIO DE FREITAS	13
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	14
TAG ESTUDA NOVO GASODUTO LIGANDO CE A PE	14
PETROBRAS RETOMA TREM 2 DA ABREU E LIMA COM CONTRATOS DE R\$ 4,9 BILHÕES	15
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	17
AGÊNCIA PROMOVE SEGUNDA FASE DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PILOTOS DE DRONES	17
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	18
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS LEVA CARAVANA DA INOVAÇÃO À 6ª EDIÇÃO DO INOVAPORTOS, NO MARANHÃO	18
PORTO DE SANTOS ALCANÇA RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM MAIO	19
AEROPORTO DE CAMPINA GRANDE BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO E CONSOLIDA TÍTULO DE MELHOR DO NORDESTE	20
MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO CRESCE 27% NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO	21
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ENTREGA OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE MACAÉ (RJ)	23
SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE INÍCIO DAS OBRAS DE TRÊS AEROPORTOS DO MATO GROSSO DO SUL	23
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	24
MINISTRO DOS TRANSPORTES PARTICIPA DE EVENTO QUE MARCA A DUPLICAÇÃO DO CONTORNO NORTE DE CURITIBA (PR)	24
PONTE SOBRE O RIO JEQUITINHONHA TERÁ TRÁFEGO CONTROLADO A PARTIR DESTA QUARTA-FEIRA (18)	25
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PRORROGA CONSULTA PÚBLICA SOBRE OUTORGAS FERROVIÁRIAS ATÉ 1º DE JULHO	26
BE NEWS – BRASIL EXPORT	26
EDITORIAL – UM IMPORTANTE RECONHECIMENTO INTERNACIONAL	26
NACIONAL - HUB – CURTAS - INTERESSE INTERNACIONAL PELO TECON SANTOS 10 ATRAI GIGANTES DO SETOR PORTUÁRIO	27
<i>Demanda internacional</i>	27
<i>Interesse nacional</i>	27
<i>As restrições</i>	27
<i>Agenda</i>	27
NACIONAL - ESTUDO PREVÊ R\$ 277,9 BI EM INFRAESTRUTURA, COM ALTA DE 4,2% EM 2025	28
NACIONAL - CONSULTA PÚBLICA SOBRE OUTORGAS FERROVIÁRIAS TEM PRAZO PRORROGADO ATÉ JULHO	29
NACIONAL - FUNDO INTERNACIONAL DESTINA R\$ 1,3 BI AO BRASIL PARA REDUZIR EMISSÕES INDUSTRIAIS	29
NACIONAL – MINISTRO DEFENDE REDUÇÃO DO PREÇO DO GÁS NATURAL PARA REINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL	31
REGIÃO SUDESTE – PORTO DO RIO TEM ALTA DE 27% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE	31
REGIÃO SUDESTE - RECEITA FAZ SEGUNDA APREENSÃO DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS EM MENOS DE UMA SEMANA	32
REGIÃO SUDESTE - MAQUETE VIRTUAL DETALHA NOVA PISTA DA IMIGRANTES	33
REGIÃO SUDESTE – SÃO PAULO APRESENTA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA EM MISSÃO À ÁSIA	34
REGIÃO SUL - PORTONAVE REALIZA SÉTIMA OPERAÇÃO DE DESCARGA DE CAÇA DA FAB	35
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO: RESPOSTAS (JÁ) DADAS PARA DÚVIDAS RECORRENTES	36
JORNAL O GLOBO – RJ	39
GS INÍMICA E ACCIONA VENCEM LEILÃO DE SANEAMENTO EM 43 CIDADES DO ESPÍRITO SANTO	39
SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA RECUA PUXADO POR QUEDA DE EXPORTAÇÕES PARA CHINA. NADA A VER COM O TARIFAÇO. ENTENDA	40
'TENHO CERTEZA QUE IBAMA VAI AGILIZAR LICENCIAMENTOS', DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA APÓS LEILÃO DE BLOCOS NA MARGEM EQUATORIAL	41
PETROBRAS ASSINA CONTRATOS DE R\$ 4,9 BI PARA AMPLIAR REFINARIA ABREU E LIMA, ALVO DA LAVA-JATO	42
GOVERNO QUER GANHAR TEMPO PARA NEGOCIAR MEDIDAS DE PACOTE DE HADDAD APÓS DERROTA EM APROVAÇÃO DE URGÊNCIA	42
CEOS VEEM AMBIENTE POLÍTICO E INSEGURANÇA JURÍDICA COMO DESAFIOS	43
ANP FAZ LEILÃO HOJE COM 63 BLOCOS NA MARGEM EQUATORIAL; AMBIENTALISTAS E MPF TENTAM SUSPENDER LICITAÇÃO	47



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 079/2025
Página 3 de 61
Data: 17/06/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	49
TRUMP SE REÚNE COM ASSESSORES NA CASA BRANCA PARA DISCUTIR AÇÃO CONTRA IRÃ APÓS AMEAÇAR AIATOLÁ	49
LEILÃO DE ÁREAS DE PETRÓLEO VENDE 34 BLOCOS, INCLUSIVE NA FOZ DO AMAZONAS, E ARRECADA R\$ 989 MILHÕES	51
PETROBRAS FOI A EMPRESA QUE MAIS LEVOU BLOCOS NO LEILÃO DE ÁREAS DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO	52
CONTROLADORA DO AEROPORTO DE GUARULHOS FECHA ACORDO E GANHA PRAZO PARA EVITAR RECUPERAÇÃO JUDICIAL .	53
VALOR ECONÔMICO (SP)	54
PREÇOS DE IMPORTAÇÃO NOS EUA FICAM ESTÁVEIS EM MAIO, APÓS ALTA DE 0,1% EM ABRIL	54
FERROVIA ENTRE RJ E ES GERA INTERESSE E INCERTEZA	55
PORTAL PORTOS E NAVIOS	57
COMISSÃO DO PL 733 VAI HARMONIZAR DEBATES, AVALIA FENOP	57
PORTO ITAPOÁ CELEBRA MARCA DE 10 MILHÕES DE TEUS EM 14 ANOS	58
COMITIVA DA MARINHA DO BRASIL VISITA NUCLEP	58
MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DO RIO CRESCE 27% NO 1º QUADRIMESTRE	59
TERMINAL DE GUARÁ DA VLI TRIPLICOU VOLUME MOVIMENTADO EM UMA DÉCADA	60
OBRAS DO MOEGÃO ALCANÇAM 52,5% DE EXECUÇÃO	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	61
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	61



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MAIS DE MEIA TONELADA DE COCAÍNA É ENCONTRADA EM CARGA DE CAFÉ NO PORTO DE SANTOS RUMO À EUROPA

Drogas estavam escondidas em sacas com destino à Polônia; é a segunda grande apreensão em menos de uma semana

Por ATribuna.com.br 16 de junho de 2025



Esta é a segunda grande apreensão da droga no complexo portuário santista em menos de uma semana, elevando o total confiscado apenas em junho para mais de duas toneladas (Divulgação/ Receita Federal)

A Receita Federal apreendeu 657 quilos de cocaína escondidos em uma carga de café na manhã desta segunda-feira (16), no Porto de Santos, no litoral de São Paulo. Esta é a segunda grande apreensão da droga no complexo portuário em menos de uma semana, elevando o total confiscado apenas em junho para mais de duas toneladas. No acumulado do ano, já são 5.051 kg de cocaína interceptados pelas autoridades no Porto.

De acordo com a Receita Federal, a droga estava em uma carga de 22 toneladas de café, distribuída em dois contêineres com um total de 687 sacas de ráfia. A contaminação foi identificada em um dos contêineres, onde os agentes encontraram tabletes de cocaína escondidos dentro de 30 sacas, que tiveram parte da mercadoria substituída pela droga. A carga tinha como destino a Polônia, com baldeação prevista no Porto de Hamburgo, na Alemanha.



A descoberta ocorreu durante ações de vigilância e repressão aduaneiras, realizadas por equipes da Alfândega de Santos (Divulgação/ Receita Federal)

A descoberta ocorreu durante ações de vigilância e repressão aduaneiras, realizadas por equipes da Alfândega de Santos. A seleção da carga foi feita com base em critérios objetivos de análise de risco, com o auxílio de imagens geradas durante o escaneamento dos contêineres. Segundo a Receita, esse procedimento faz parte de uma estratégia para garantir a

transparência e a eficiência na fiscalização, sem comprometer a agilidade das operações de comércio exterior.

Durante a operação, cães de faro das alfândegas de Santos e de Viracopos, além da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da 8ª Região Fiscal (Direp08), participaram da verificação



Durante a operação, cães de faro das alfândegas de Santos e de Viracopos, além da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da 8ª Região Fiscal (Direp08), participaram da verificação das cargas selecionadas (Divulgação/ Receita Federal)

Após a confirmação da presença de cocaína, a Polícia Federal foi acionada para conduzir os procedimentos de perícia no local e dar início ao inquérito policial que vai investigar o caso.

Relembre outros casos

Na terça-feira (10), a Receita Federal realizou a maior apreensão de cocaína dos últimos quatro anos no Porto de Santos. Mais de uma tonelada e meia da droga, que tinha como destino a Inglaterra, foi interceptada. Nas imagens obtidas por A Tribuna, é possível ver o cão farejador sinalizando positivamente para o entorpecente no contêiner e parte da quantidade que foi encontrada.



O cão farejador sinalizou positivamente para presença de drogas nos contêineres (Divulgação/Receita Federal)

Os 1.505 kg de cocaína estavam escondidos em um carregamento de 184 toneladas de papel, em nove contêineres, onde pacotes de papel A4 foram substituídos por tabletes da droga. A carga, que estava acondicionada em um total de 394 estrados de madeira, foi interceptada durante a execução de trabalhos de rotina de vigilância e repressão aduaneira,

realizados por equipes da Alfândega de Santos, com apoio de escâneres e cães farejadores.

Durante a fiscalização, o cão de faro da Alfândega de Santos que auxiliava nos trabalhos de verificação de cargas selecionadas pela unidade aduaneira do Porto de Santos sinalizou positivamente para a presença de drogas.

Segundo os documentos de exportação, os contêineres fariam transbordo no Porto de Bremerhaven, na Alemanha, mas o destino final da carga seria o Reino Unido. Após a confirmação da presença da droga, a Polícia Federal (PF) foi acionada para realizar a perícia e conduzir a investigação.

Maio



Droga estava escondida num carregamento de 100 toneladas de resina de hidrocarboneto (Divulgação/ Receita Federal)

No dia 22 de maio, a Receita Federal frustrou a tentativa de envio de 664 kg de cocaína, que seriam levados para a Bélgica, através do Porto de Santos. A droga, que foi apreendida, estava escondida num carregamento de 100 toneladas de resina de hidrocarboneto.

Segundo a Receita Federal, a cocaína foi interceptada durante uma operação realizada por equipes da Alfândega do Porto de Santos e dos aeroportos de Guarulhos e Viracopos. A carga, que é utilizada em diversas aplicações industriais, estava acondicionada em 4 mil sacas e, em algumas delas, o seu conteúdo foi substituído por tabletes de cocaína. O destino da mercadoria seria o Porto de Antuérpia.



Mais de meia tonelada foi apreendida com apoio da Polícia Federal (Divulgação/ Receita Federal)

Durante a fiscalização, três cães de faro da Alfândega de Santos, dois de Guarulhos e um de Viracopos sinalizaram positivamente para a presença de drogas na carga. A perícia e a investigação são conduzidas em inquérito policial. Após a confirmação da contaminação da carga, a Polícia Federal (PF) foi acionada para os procedimentos de polícia judiciária da União

e para realizar a perícia no local dos fatos, a fim de subsidiar a investigação a ser conduzida em inquérito policial.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 17/06/2025

BRASIL PRECISA INVESTIR MAIS EM TRANSPORTE, DIZ ESTUDO

Esse é caminho para o País ser competitivo no mercado global, aponta levantamento feito pela Infra S.A

Por Bárbara Farias



Cabotagem usa 8,5 mil km da costa brasileira, mas respondeu apenas por 9,9% das cargas transportadas no ano passado, segunda a pesquisa (Matheus Tagé/ Arquivo/ AT)

O Brasil desacelera em competitividade global por falhas sistêmicas na sua matriz de transportes. É o que aponta o relatório “Infraestrutura de Transportes e o Impacto em Custos Logísticos”, realizado pela Infra S.A. em parceria com o Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e publicado

no mês passado.

O estudo analisou os principais modais — rodoviário, ferroviário, aquaviário, dutoviário e aéreo — com foco na eficiência, cobertura da malha, qualidade operacional e desafios logísticos. Além disso, traçou um comparativo com países de extensão continental como China, Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália, que equalizam os seus modos de transporte.

Rodovia



As rodovias representavam 68,2% da matriz logística nacional, ou seja, os caminhões ainda são prioridade (Vanessa Rodrigues/ AT)

O relatório aponta que, em 2024, as rodovias representavam 68,2% da matriz logística nacional. A malha rodoviária federal implantada soma 74,4 mil quilômetros (km), sendo 89% pavimentados. Ainda assim, é apenas uma parte dos 122,2 mil km totais da rede federal, que inclui trechos em obras ou planejados. Apenas 11,4% da malha pavimentada é duplicada e menos de 19,7% está sob concessão privada.

Ao comparar com outros países, a diferença na extensão de rodovias pavimentadas revela a falta de investimentos rodoviários no Brasil. China e Estados Unidos (EUA), por exemplo, embora com menor participação do transporte rodoviário em suas matrizes de transporte, possuem uma densidade de malha rodoviária pavimentada cerca de 16 vezes superior à brasileira.

Ferrovias



A malha ferroviária, com 30,6 mil km de extensão, é majoritariamente operada pela iniciativa privada (Vanessa Rodrigues/ AT)

Já a malha ferroviária, com 30,6 mil km de extensão, é majoritariamente operada pela iniciativa privada (12 das 13 concessões). Desse total, 21,2 mil km estavam em operação em 2024. A carga transportada é concentrada em minérios (72,3%)

e graneis agrícolas (14,8%), o que evidencia uma baixa diversificação modal. A Participação do modal é de 15,5%.

Enquanto isso, países como Austrália e Canadá utilizam ferrovias para escoar cargas em grandes volumes por longas distâncias. A Austrália, por exemplo, transporta 56% de suas cargas por ferrovias. O Japão, com alta densidade populacional, equilibra bem os modais, com 40% das cargas transportadas por trilhos.

Hidroviário e cabotagem

O estudo demonstra que o Brasil utiliza apenas 20,1 mil km de um total de 63 mil km de rios navegáveis ou com potencial para transporte de cargas. Em 2024, 126,2 milhões de toneladas foram transportadas por vias interiores, um número aquém do potencial. A China, por exemplo, movimenta 36% de suas cargas por hidrovias, otimizando a logística com base no transporte aquaviário.

A cabotagem utiliza os 8,5 mil km da costa brasileira, mas respondeu por 9,9% das cargas transportadas no ano passado, em sua maioria petróleo e derivados (64%). Apesar de ser uma alternativa mais econômica e sustentável ao transporte rodoviário, enfrenta limitações estruturais: falta de portos adequados, navios e integração intermodal. A frota nacional é antiga, com média de 19 anos de idade, o que compromete a eficiência e a segurança do transporte marítimo doméstico.

Contudo, a navegação costeira registrou um crescimento de 6,5% entre 2021 e 2024 e, em rotas como São Paulo–Recife, pode oferecer reduções de até 67% no custo do frete em comparação com o modal rodoviário, ainda que com 40% de tempo adicional.

Desde 2010, o Brasil oscila em sua política de investimentos em infraestrutura. Em 2023, aplicou-se apenas 0,12% do PIB (R\$ 13,74 bilhões) em transporte e logística com recursos públicos. Para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, seriam necessários investimentos anuais de R\$ 474,2 bilhões — 4,35% do PIB —, sendo 53% em novas obras e 47% em manutenção e modernização.

Problemas

A carência de investimentos se reflete em rodovias em más condições, portos sobrecarregados e ausência de intermodalidade, afastando investimentos produtivos e elevando o custo logístico. Hoje, o Brasil ocupa a 71ª posição entre 141 países no Índice de Competitividade Global (GCI), ficando à frente apenas da Rússia entre os países do Brics, de acordo com o Banco Mundial.

O estudo diz que “o cenário apresentado evidencia desafios e oportunidades no Brasil para desenvolver uma infraestrutura de transporte eficiente, competitiva e sustentável”, mas isso “requer um compromisso estratégico e esforço coordenado entre o Governo, o setor privado e a sociedade civil”. O relatório sugere a necessidade de modernização e ampliação da infraestrutura existente e o uso de tecnologias avançadas. “O planejamento do sistema de transportes deve ser executado de forma estratégica para alcançar a eficiência de forma sustentável e produzir os efeitos necessários e transformadores que a infraestrutura adequada de transporte pode gerar para o País.”

Ministério de Portos aponta avanços

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) informou que “corrobora com o diagnóstico” apontado pelo relatório da Infra S.A., e afirma que houve avanços na política de concessões de hidrovias e no setor aquaviário.

O MPor considera a ampliação do uso do modal aquaviário — com destaque para a navegação interior e a cabotagem — essencial para aumentar a eficiência logística, reduzir custos, mitigar impactos ambientais e promover a integração nacional.

Questionada se criará políticas públicas a partir do estudo, a pasta elencou as que já foram realizadas como a instalação da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), com aumento do aporte público para obras estruturantes e concessões.



O MPor destacou que “avançam projetos públicos de dragagem, balizamento e sinalização, essenciais para enfrentar os períodos de estiagem — sobretudo na Região Norte — e assegurar operações regulares ao longo do ano”.

O ministério citou o Plano Geral de Outorgas (PGO 2023), que prioriza as concessões de hidrovias dos rios Madeira, Tapajós, Tocantins e Paraguai, e a região da Barra Norte (Amazonas) e da Lagoa Mirim.

O edital da Hidrovia do Paraguai (tramo sul) será lançado no segundo semestre, após análise do Tribunal de Contas da União (TCU) e as concessões do Madeira e da Lagoa Mirim estão em fase de estruturação, “com foco em eficiência, previsibilidade e integração entre os modos de transporte”.

A pasta mencionou também que o derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins, que já conta com a Licença de Instalação, “permitirá a navegação entre Marabá e Baião (PA), destravando um importante corredor logístico para o escoamento da produção do Matopiba e viabilizando a futura concessão da Hidrovia do Tocantins, já qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)”.

O ministério informou também que a Lei 14.301/2022, a BR do Mar, trouxe avanços na cabotagem, como o aumento de embarcações autorizadas, expansão de rotas, entrada de novos operadores e crescimento na movimentação de contêineres e granéis. A implementação da legislação é acompanhada, em articulação com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), com o setor privado.

O MPor disse ainda que a indústria naval foi retomada no ano passado com a contratação de R\$ 5,5 bilhões para projetos voltados à construção e modernização de embarcações destinadas à navegação interior e à cabotagem, por meio do Fundo da Marinha Mercante (FMM), o principal meio de financiamento do setor, “gerando emprego, renda, inovação tecnológica e estimulando o uso de combustíveis limpos como biodiesel”.

Quanto ao transporte aquaviário, a pasta afirmou que por sua alta eficiência energética e baixa emissão de gases de efeito estufa por tonelada quilômetro útil, o modal ocupa posição central na agenda de descarbonização da logística nacional.

“O Brasil está comprometido com as metas climáticas da Organização Marítima Internacional (IMO) e com os objetivos do Plano Clima do Governo Federal, que prevê uma redução de 28% nas emissões do setor de transportes até 2035. O setor aquaviário terá papel decisivo para o cumprimento dessa meta.”

Por fim, o ministério observa que as ações em curso “refletem uma política pública consistente, construída em diálogo com o setor privado, governos locais e sociedade civil, com foco na transformação da infraestrutura de transportes”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 17/06/2025

PROJETO QUE TORNA CAP DELIBERATIVO AVANÇA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposta de 2019, porém, pode ser barrada e juntada com a recente revisão da Lei dos Portos em andamento

Por Ted Sartori

Um projeto de lei que está com tramitação avançada na Câmara dos Deputados pretende restabelecer a competência deliberativa dos Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs). Na última revisão da Lei dos Portos (12.815/2013), há 12 anos, os CAPs foram enfraquecidos, passando a exercer apenas caráter consultivo.



Congresso Nacional tem projetos semelhantes em tramitação que tratam de legislação dos portos e dos Conselhos de Autoridade Portuária (Vanessa Rodrigues/AT)

A proposta foi aprovada recentemente na Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara Federal e segue para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois, seguirá para o Senado, pois tramita com poder conclusivo das comissões - dispensada, portanto, a apreciação e votação pelo Plenário da Câmara, segundo apurou A Tribuna.

O Projeto de Lei (PL) 3564/2019 é de autoria da deputada federal Rosana Valle (PL). “Trata-se de retomar a atribuição de decisões administrativas — como orçamento, horário de funcionamento, uso de instalações, desenvolvimento e zoneamento — que, antes da atual Lei dos Portos, eram de competência dos CAPs, mas hoje são exercidas de forma centralizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor)”, afirma Rosana.

A deputada acredita que essa centralização trouxe prejuízos aos portos brasileiros, “uma vez que os conselhos, por serem locais, tinham maior conhecimento das necessidades específicas do porto a que pertenciam”. “Defendemos, essencialmente, uma maior participação do município na gestão portuária, em contraposição a um modelo de gestão centralizada em Brasília”, completa a deputada.

O relator, deputado federal Luiz Gastão (PSD-CE), defendeu a aprovação do PL 3564/2019 e dos projetos semelhantes que foram apensados (1064/2021 e 1455/2023), que, juntos, formaram um novo texto (substitutivo). Ele argumentou o mesmo prejuízo para a atividade. “Essa mudança pode não ter impactado todos os portos, mas alguns não conseguiram continuar com seus desempenhos, pois o formato mais centralizado na tomada de decisões faz com que tudo fique mais burocrático de ser resolvido”.

Rosana deixou claro que o substitutivo apresentado pelo relator manteve a essência do projeto de lei dela, detalhando a composição do conselho e incluindo representantes da classe empresarial, dos trabalhadores portuários, dos usuários e do poder público de todas as esferas. “Essa medida torna o conselho mais democrático e participativo, o que consideramos extremamente positivo para o cenário portuário”, explica Rosana.

União

A proposta, no entanto, pode ser barrada. Isso porque foi apresentado este ano o PL 733, que revisa todo o arcabouço legal portuário. Essa nova lei também prevê modificação na atuação dos CAPs. Assim, a tendência é que todas as propostas semelhantes sejam juntadas.

Uma comissão especial já foi criada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para apreciar o PL 733. Integrante da comissão, o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) já fez um pedido de anexação desse projeto anterior.

“O PL 733/2025, no entanto, volta a atribuir caráter consultivo aos conselhos e propõe uma composição com 23 membros, enquanto o substitutivo (o anterior) do relator prevê 30”, compara Rosana Valle. “Seguimos defendendo que os CAPs tenham caráter deliberativo, com atribuições reais e relevantes, e participaremos ativamente das negociações na comissão especial do PL 733/2025 para incluir essa modificação no texto”.

Revisão

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), criou no início deste mês uma comissão especial para discutir o Projeto de Lei (PL) 733/2025 que propõe a revisão da Lei dos Portos (12.815/2013), com o objetivo de modernizar o setor. Segundo o deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB), será o presidente da comissão e o deputado Arthur Maia (União-BR) ficará como

relator. Com a comissão, o PL deve andar mais rapidamente, dispensando análise de outras comissões da Casa.

Atribuições reais

“O PL 733/2025, no entanto, volta a atribuir caráter consultivo aos conselhos e propõe uma composição com 23 membros, enquanto o substitutivo (o anterior) do relator prevê 30. Seguimos defendendo que os CAPs tenham caráter deliberativo, com atribuições reais e relevantes, e participaremos ativamente das negociações na comissão especial”, afirma Rosana Valle.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/06/2025

PORTOS BRASILEIROS TÊM MOVIMENTAÇÃO RECORDE

Foram 107,6 milhões de toneladas de cargas no mês de abril, com destaque para graneis sólidos e líquidos

Por A Tribuna.com.br 14 de junho de 2025



Os portos públicos movimentaram 37,8 milhões de toneladas de cargas em abril, uma queda de 3,79% (Alexsander Ferraz/ AT)

Os portos brasileiros movimentaram o maior volume para um mês de abril, chegando a 107,6 milhões de toneladas de cargas este ano, um crescimento de 1,12%. Esse é o segundo mês seguido de recorde mensal na movimentação portuária total, segundo dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Houve também outro recorde para o mês de abril: nas movimentações de graneis sólidos e líquidos. Foram movimentados 65,1 milhões de toneladas de graneis sólidos no quarto mês do ano, um crescimento de 2,27%, e 25,7 milhões de graneis líquidos, um aumento de 1,94%.

Já a carga geral atingiu 5,2 milhões de toneladas, uma alta de 6,8%, enquanto a movimentação de contêineres foi de 11,5 milhões de toneladas (-8,54%) – isso representa 1,1 milhão de TEU (unidade de medida padrão de um contêiner). Desse total, 8,3 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 3,2 milhões por cabotagem (transporte entre portos dentro do País).

Mercadorias

Ao longo do mês de abril, as cargas que tiveram o maior destaque foram a madeira, com crescimento de 82,46% e movimentação de 0,6 milhão de toneladas; fertilizantes, alta de 20,13% e movimentação de 3,3 milhões; e sal, que avançou 16,62% e movimentou 0,7 milhão de toneladas.

Em relação à navegação a movimentação de cargas de longo curso foi de 76,6 milhões de toneladas no quarto mês de 2025 (+1,71%), a cabotagem chegou a 23,3 milhões (-0,26%) e a navegação interior movimentou 7,6 milhões de toneladas de cargas (-0,07%). Portos Públicos Os portos públicos, segundo os números da Antaq, movimentaram 37,8 milhões de toneladas de cargas em abril. O número representa uma queda de 3,79% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/06/2025

PORTO É MUITO MAIS QUE NAVIO, PÁTIO E GATE

Tecnologia, inovação, turismo, logística e muitos outros temas fazem parte do escopo de desenvolvimento

Por Maxwell Rodrigues* 14 de junho de 2025



(Carlos Nogueira/ Arquivo/ AT)

Ao fazer uma análise pessoal da situação política envolvendo os portos de Seattle e São Francisco, me defrontei com vários fatores, incluindo economia, comércio, meio ambiente e políticas locais. Ambos os portos são cruciais para o comércio marítimo nos Estados Unidos, mas apresentam características e desafios distintos.

O Porto de Seattle é um dos principais pontos de entrada para o comércio com a Ásia, o que o torna vital para a economia da costa oeste. A cidade tem se esforçado para equilibrar o crescimento econômico com a proteção ambiental, promovendo iniciativas de sustentabilidade e inovação.

Por outro lado, o Porto de São Francisco, embora menor em volume de carga comparado a Seattle, é um ponto estratégico para o turismo e a cultura, além de servir de entrada para a Baía de São Francisco. A cidade enfrenta desafios relacionados ao espaço urbano limitado e às questões de habitação, que podem impactar as operações portuárias e a logística.

Ambos os portos também lidam com questões de infraestrutura e modernização, além de serem afetados por políticas comerciais e tarifas que podem influenciar o fluxo de mercadorias. Assim, as abordagens políticas para cada porto refletem as prioridades locais, incluindo o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos.

As principais diferenças entre os portos de Seattle e São Francisco em termos de infraestrutura incluem:

1. Tamanho e capacidade

O Porto de Seattle é significativamente maior em termos de capacidade de carga e espaço disponível. Ele possui terminais dedicados para contêineres, carga geral e carga refrigerada, o que permite um volume de movimentação maior. O Porto de São Francisco, por outro lado, tem uma capacidade menor e é mais focado em operações de turismo e carga específica.

2. Modernização e tecnologia

Seattle tem investido em modernização e tecnologia para melhorar a eficiência das operações portuárias. Isso inclui sistemas automatizados e melhorias nas instalações para aumentar a produtividade. São Francisco, embora tenha áreas modernizadas, enfrenta desafios devido ao espaço urbano limitado, o que pode restringir a expansão das operações.

3. Logística e acesso

Seattle tem uma localização estratégica que facilita o acesso ao interior dos Estados Unidos, com boas conexões ferroviárias e rodoviárias. São Francisco, devido à sua localização na Baía, pode ter limitações logísticas em comparação, especialmente em termos de transporte de carga pesada e volumosa.

4. Infraestrutura de carga e armazenagem

Seattle oferece uma infraestrutura mais robusta para a armazenagem e movimentação de contêineres, com terminais especializados e áreas de manuseio. São Francisco, por ser uma cidade mais antiga e com uma infraestrutura urbana densa, pode ter áreas de armazenamento limitadas e menos especializadas.

5.Foco no turismo e cultura

O Porto de São Francisco tem uma forte ênfase em operações de turismo, com terminais que atendem cruzeiros e atividades recreativas, enquanto Seattle é mais focado no comércio e na movimentação de cargas.

Essas diferenças refletem as características econômicas e geográficas de cada cidade, bem como suas prioridades em termos de desenvolvimento portuário. A Missão Internacional Porto & Mar 2025, do Grupo Tribuna, proporcionou aos participantes uma perspectiva dos locais visitados com muito conteúdo e com a possibilidade em aprender o que está sendo feito por lá e como. É claro que não perdemos a nossa essência brasileira de criticar e comparar tudo que visitamos e conhecemos. Contudo, a cada ano fica mais claro que muito mais do que criticar e comparar é necessário entender e aprender.

Não somente isso, mas também ensinar. Os portos do Brasil possuem suas características e a cada ano estamos mais maduros em diversas frentes. Os portos são muito mais do que navio, pátio e gate. Tecnologia, inovação, turismo, logística e muitos outros temas fazem parte do escopo de desenvolvimento.

As missões internacionais estão transpondo esse pensamento e indo além para compreender tantas novas frentes de trabalho. Isso irá exigir muito mais das novas lideranças do setor e da futura geração portuária. * Consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/06/2025

ITAQUI ALCANÇA MARCA HISTÓRICA EM MAIO

Porto se consolida como polo logístico

Por ATribuna.com.br 14 de junho de 2025 às 10:42



Em cinco meses, Itaqui já registrou 13,81 milhões de toneladas (Governo do Maranhão/Divulgação)

O Porto do Itaqui, no Maranhão, consolidou a posição como um dos principais polos logísticos do Brasil. No mês de maio, o terminal transportou 3,6 milhões de toneladas de cargas, o melhor desempenho já registrado para o período na história do Porto. O volume supera até mesmo o recorde alcançado em maio de 2023, quando totalizou

3,35 milhões de toneladas.

Durante os cinco primeiros meses do ano, Itaqui já registra 13,81 milhões de toneladas movimentadas, o que representa um crescimento de 11,8% em relação ao mesmo período do ano anterior e um desempenho de 9% acima do volume previsto no planejamento anual.

Em maio, a carga geral teve destaque com 182 mil toneladas de celulose, um aumento de 30% em relação ao planejado e 60% acima do registrado no mesmo período de 2024.

No setor de granel sólido, 120 mil toneladas de ferro gusa foram embarcadas, representando um crescimento de 34% comparado ao ano anterior. Já o granel líquido teve recordes expressivos: as operações de transferência de derivados de petróleo entre navios (ship-to-ship) atingiram 316 mil toneladas, superando em 50% a meta e apresentando um impressionante salto de 333% em relação a maio de 2024. Tendo a produtividade média mensal superando a meta estabelecida para o terminal.

Entre os produtos movimentados, o diesel se destacou respondendo por 75% do volume total, seguido pela gasolina, com 19%. Com um desempenho 8% acima do esperado para o mercado interno, 468 mil toneladas de derivados foram movimentadas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/06/2025

NOVO EDITAL FAVORECE TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ, DIZ TARCÍSIO DE FREITAS

Governador diz que alterações no documento atendem pleitos de empresas globais para leilão da ligação seca

Por Bárbara Farias 14 de junho de 2025 - Modificado em 16 de junho de 2025 às 16:43



Trabalho de sondagem no trecho do túnel: obra resultará em investimento de R\$ 6,8 bilhões do vencedor (Sílvio Luiz/AT)

Os ajustes no projeto do túnel imerso Santos-Guarujá, que resultaram na republicação do documento na última terça-feira (10), atendem a sugestões de empresas internacionais e garantirão o sucesso do leilão, marcado para 5 de setembro. A explicação foi dada nesta sexta-feira (13) pelo governador

Tarcísio de Freitas (Republicanos), em Santos, durante solenidade em homenagem aos 262 anos de nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva, no Centro de Santos.

As mudanças elevaram o custo da obra de R\$ 5,96 bilhões para R\$ 6,8 bilhões. A licitação internacional, na modalidade de parceria público-privada (PPP), dará ao futuro vencedor um contrato de 30 anos para construção, operação e manutenção do túnel.

“Por se tratar de um projeto de grande porte, a gente fez os estudos e submetemos aos grandes players globais que fazem esse tipo de operação para verificar a adequação. Muitas melhorias foram sugeridas na fase de contribuição. Então, em 5 de setembro, a gente vai conhecer o consórcio que vai executar essa obra, para que a gente possa assinar o contrato e, no ano que vem, iniciar esse empreendimento”, disse o governador.



Tarcísio de Freitas: “Por se tratar de um projeto de grande porte, a gente fez os estudos e submetemos aos grandes players globais que fazem esse tipo de operação para verificar a adequação” (Alexsander Ferraz/AT)

Segundo o Estado, o novo edital torna a concessão mais atrativa ao setor privado, oferecendo garantias de previsibilidade, equilíbrio econômico-financeiro e segurança jurídica. Foram revistos custos relevantes — como concreto, dragagem e paredes diafragma — e a reavaliação da distância média de transporte, agora considerada em 85 km. Também acabaram atualizadas as projeções de tráfego.

Outras mudanças incluem a criação de uma conta desapropriação, ajustes nos critérios de alocação de riscos — especialmente geológicos e de interferências — e soluções provisórias para o cais de Outeirinhos e o pátio ferroviário no Guarujá, que garantirão o funcionamento da infraestrutura portuária e logística durante a execução das obras.

O túnel

Com 1,5 quilômetro de extensão — sendo 870 metros sob o canal do estuário —, o túnel contará com três faixas por sentido, sendo duas para veículos de passeio, ônibus e caminhões e uma exclusiva para Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), além de galeria para pedestres e ciclistas.

Atualmente, a ligação entre Santos e Guarujá é feita por balsas e catraias, que transportam mais de 21 mil veículos, 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres por dia. A estimativa é de geração de cerca de 9 mil empregos diretos e indiretos com a obra.

Restrições para Tecon Santos 10 são criticadas

Questionado sobre a concessão do Tecon Santos 10, o governador declarou que é contra a restrição na licitação do terminal de contêineres que proíbe a participação de operadores com ativos no Porto de Santos, determinado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). “Não faz sentido justificar a questão da competitividade e determinar quem pode participar”.

Ele argumentou que “a hinterlândia do Tecon Santos 10 é a costa brasileira, porque o ativo será o hub da movimentação de contêineres do Atlântico Sul”, essencial na logística integrada entre os portos paulistas. “Um grande player da navegação poderá ver um cluster que vai conjugar Santos e São Sebastião, onde Santos será o porto de longo curso e São Sebastião, o ‘feeder’ para a cabotagem. Quando você restringe a competição, afasta esse tipo de operação, o que é danoso ao Estado de São Paulo. Então, você tira da competição a Maersk, a Santos Brasil e a DP World, que são os maiores players. Isso não faz sentido”, disse. “O melhor é realizar um leilão com ampla competição. É bom para Santos, para São Paulo e para o Brasil”, enfatizou Tarcísio.

O Tecon Santos 10 ocupará uma área de 621,9 mil metros quadrados (m²) no cais do Saboó, na Margem Direita do Porto de Santos. O investimento previsto é R\$ 6,45 bilhões e a capacidade operacional de 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano, além de 91 mil toneladas de carga geral.

O prazo do contrato é de 25 anos, com início da vigência previsto para 2026 e término em 2050. No entanto, ele pode ser prorrogado sucessivas vezes até o limite de 70 anos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 17/06/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

TAG ESTUDA NOVO GASODUTO LIGANDO CE A PE

O novo projeto está em fase conceitual e foi apresentado à diretoria da EPE

Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



A TAG é dona de um gasoduto que passa por sete estados do Nordeste e faz conexão com o Sudeste do País. Foto/site da TAG

O projeto de um novo gasoduto interligando Pernambuco ao Ceará está sendo estudado pela companhia Transportadora Associada de Gás (TAG). Com 700 km de extensão, a proposta do empreendimento foi apresentada à diretoria da Empresa de Planejamento Energético (EPE). A expectativa é que este gasoduto passe pelo interior, o que é muito interessante para o Nordeste que tem os principais gasodutos concentrados

próximo ao litoral.

O novo empreendimento iria diminuir gargalos existentes hoje na infraestrutura de gasodutos entre o Ceará e Pernambuco. Numa entrevista ao Estúdio Eixos, a diretora de Desenvolvimento de Negócios da TAG, Luisa Franca, chegou a dizer que o projeto está numa fase “conceitual” e vai se chamar Veredas. Ela também argumentou que o projeto deve ser feito por etapas, evitando, dessa forma, que a infraestrutura fique ociosa.

O projeto foi apresentado à EPE num momento que a estatal inicia as discussões para elaborar o Plano Nacional Integrado das Infraestruturas de Gás Natural e Biometano. A expectativa do setor é de que este documento indique as principais obras necessárias à melhoria da infraestrutura de gasodutos.

O novo projeto pode gerar novos negócios para empreendimentos que vão se instalar principalmente no Ceará e em Pernambuco.

A TAG é dona do gasoduto que interliga o NE ao SE

A TAG é a dona dos gasodutos que foram da Transpetro, uma subsidiária da Petrobras. Isso inclui um grande gasoduto que corta a costa brasileira, com 3700 km de extensão, passando pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Proprietária de um total de 4500 km de gasoduto, a rede da TAG passa por 10 Estados, incluindo sete do Nordeste. A TAG foi criada como subsidiária da Petrobras e hoje pertence a companhia Engie e ao Fundo de Investimento Institucional do Canadá (CDPQ).

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 17/06/2025

PETROBRAS RETOMA TREM 2 DA ABREU E LIMA COM CONTRATOS DE R\$ 4,9 BILHÕES

Implantação da segunda unidade de refino da Refinaria Abreu e Lima vai dobrar produção de combustíveis e gerar 30 mil empregos até início da operação, em 2029

Paulo Goethe - De Recife paulo.goethe@movimentoeconomico.com.br



A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, e o CEO da Consag Engenharia S.A., João Martins, celebram assinatura de contratos para retomada da construção do Trem 2 da RNEST. Foto: Marcelo Gonzalez/Agência Petrobras

A Petrobras deve iniciar no segundo semestre de 2025 as obras do Trem 2 da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), em Ipojuca, Pernambuco. Os contratos, assinados nesta segunda-feira (16) com a Consag Engenharia, somam R\$4,9 bilhões e preveem a geração de aproximadamente 30 mil empregos diretos e indiretos durante a execução. A medida

integra o Plano Estratégico 2024–2028 da estatal e está entre as prioridades do Novo PAC para o setor energético. A meta é dobrar a capacidade de refino da unidade, de 130 mil para 260 mil barris por dia até 2029.

Com essa ampliação, a RNEST se tornará a segunda maior refinaria da Petrobras em capacidade instalada, atrás apenas da Replan, em Paulínia (SP). A construção do Trem 2 havia sido interrompida em 2015 no contexto da Operação Lava Jato, e sua retomada representa não apenas a reativação

de um projeto paralisado, mas um reposicionamento da Petrobras em relação à política de expansão do refino, com foco no abastecimento regional e redução da dependência externa de derivados.

Os contratos abrangem a implantação da Unidade de Coqueamento Retardado, da Unidade de Hidrotratamento de Diesel S10, da nova Unidade de Destilação Atmosférica, além de estruturas de serviços auxiliares, utilidades e geração de hidrogênio. A licitação foi dividida em sete lotes e atraiu propostas de empresas como Tenenge, Possebon, Engeform e Elos Engenharia. As primeiras entregas estão previstas para 2027, com conclusão integral estimada até o fim de 2029.



A ampliação da Refinaria Abreu e Lima, localizada em Ipojuca, Pernambuco, reduzirá gargalos logísticos, incrementará a produção regional e fortalecerá a autonomia da Petrobras no fornecimento interno, Foto: Taís Peyneau / Agência Petrobras

Trem 1 passou por modernização

Enquanto isso, o Trem 1 da refinaria passou por um processo de modernização em março de 2025, com investimento de R\$ 93 milhões que elevou sua capacidade de 115 mil para 130 mil

barris por dia. Desde dezembro de 2024, essa unidade opera com a tecnologia SNOX, que converte emissões atmosféricas de dióxidos de enxofre (SOx) e nitrogênio (NOx) em ácido sulfúrico — reaproveitado comercialmente. A refinaria é responsável por cerca de 12% da produção nacional de diesel S10, com uma taxa de conversão de 70% do petróleo cru em diesel de baixo teor de enxofre (10 ppm).

Para a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, “a RNEST é estratégica para o Brasil, hub da Petrobras nas regiões Norte e Nordeste. Os contratos para a retomada das obras revelam o compromisso da empresa com o desenvolvimento do país, representando a expansão da nossa capacidade de refino e viabilizando o aumento da produção de derivados para atender às demandas da sociedade e do mercado”.

Instalada no Complexo Industrial Portuário de Suape, a RNEST combina sistemas de automação e controle ambiental com eficiência energética e elevado aproveitamento de petróleo pesado nacional. A refinaria produz principalmente diesel S10, além de gasolina, GLP, nafta e coque. A entrada em operação do Trem 2 permitirá agregar ainda mais valor à produção, ao mesmo tempo em que fortalece a segurança energética do país e reduz a necessidade de importações.

A importância regional da Abreu e Lima e os impactos no Nordeste

A RNEST é hoje a principal unidade de refino em operação no Nordeste, respondendo por uma parcela relevante do fornecimento regional de diesel. Com a expansão, a capacidade instalada da refinaria representará mais da metade da produção potencial de derivados na região. O estado de Pernambuco, que já abriga infraestrutura portuária estratégica e conexões logísticas para abastecimento por cabotagem, consolida-se como polo industrial de energia, ampliando a geração de empregos e a arrecadação de tributos estaduais e municipais.

Segundo dados da ANP, o Nordeste responde por cerca de 15% do consumo nacional de combustíveis, com destaque para diesel e GLP. A ampliação da RNEST reduzirá gargalos logísticos, incrementará a produção regional e fortalecerá a autonomia da Petrobras no fornecimento interno, contribuindo para maior estabilidade de preços e maior previsibilidade no atendimento à demanda de estados como Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.

Além disso, a tecnologia empregada na refinaria — especialmente nas unidades de hidrotratamento e no sistema SNOX — permitirá operar com padrões internacionais de controle ambiental, o que se

alinha às metas de sustentabilidade e transição energética previstas no Plano Estratégico da Petrobras.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 17/06/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AGÊNCIA PROMOVE SEGUNDA FASE DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PILOTOS DE DRONES

A capacitação, de nível intermediário, contou com uma etapa teórica e uma prática



Brasília, 16/06/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) promoveu, na última semana, o Curso de Formação de Pilotos de Aeronaves Remotamente Pilotadas (drones) de Nível Intermediário para os servidores da casa.

A iniciativa tem como objetivo aumentar o uso de drones nas atividades de fiscalização, melhorando o resultado da atividade. Além disso, a utilização do equipamento vai aumentar a qualidade dos produtos como fotos e

vídeos e tornar as operações mais seguras e rápidas.

Para um dos instrutores do curso, Ubiratan de Freitas, lotado na Unidade Regional de Curitiba, os drones são uma ferramenta cada vez mais útil e versátil nas atividades de fiscalização.

Ele completou explicando que “o curso é um treinamento avançado com o objetivo de atualizar, agregar novos conhecimentos aos pilotos e fazer frente a esta demanda crescente e específica nas ações fiscalizatórias e da Agência como um todo”.

Sobre o curso

A capacitação contou com doze servidores da Agência, além de dois representantes da Marinha do Brasil, dois da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e um da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A primeira etapa do curso, que aconteceu em Brasília (DF), foi teórica e a segunda, prática. As atividades em campo aconteceram no Clube Almirante Alexandrino, instalação da Marinha do Brasil, que firmou, em 2017, Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a ANTAQ. Além disso, alguns alunos realizaram visita técnica ao Parque Tecnológico de Imageamento 3D da Polícia Federal.

O projeto visou aperfeiçoar as habilidades e conhecimentos de pilotos já formados com foco na realização de voos e a utilização de funções avançadas do aplicativo da DJI (controlador de voo), softwares de voo automatizado, conhecimentos mais avançados sobre a aeronave, simulação e gerenciamento de situações de crise/panes da aeronave, entre outras situações.

Somente servidores que participaram da capacitação de nível básico se qualificaram para participar do curso de nível intermediário, que teve carga horária de 36 horas.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 17/06/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS LEVA CARAVANA DA INOVAÇÃO À 6ª EDIÇÃO DO INOVAPORTOS, NO MARANHÃO

Evento reúne gestores e especialistas para debater tecnologia, inovação e sustentabilidade no setor portuário



Evento reúne gestores e especialistas para debater tecnologia, inovação e sustentabilidade no setor portuário - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos levou, nesta terça-feira (17), a Caravana da Inovação à 6ª edição do InovaPortos, em São Luís (MA), um dos principais encontros de inovação portuária do país. O evento é promovido pelo Porto do Itaqui, em parceria com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), e reúne gestores, especialistas e autoridades para discutir os impactos da transformação digital e o

uso de inteligência artificial (IA) no setor portuário.

Durante a programação, a Caravana da Inovação tem como foco estimular o diálogo entre o setor público, a comunidade técnica e o ecossistema de inovação. A iniciativa busca aproximar diferentes agentes para compartilhar experiências e soluções que possam modernizar a gestão e as operações dos portos brasileiros.

Além da equipe do Ministério, a edição maranhense do evento conta com a participação de representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do Hub Brasil Export, fortalecendo o debate sobre o futuro da logística portuária. Esta é a terceira parada da Caravana da Inovação em 2025, que já percorreu os portos de Pernambuco e da Bahia, levando temas como digitalização, sustentabilidade e novas tecnologias a diferentes regiões do país.

“Se vivemos na sociedade da informação, é nossa obrigação produzir conhecimento e compartilhar esse saber para além das fronteiras do nosso setor, da nossa região e até do nosso país”, destacou o diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do MPor, Tetsu Koike. “A informação só ganha valor quando gera conhecimento e promove transformação. E isso só acontece quando as pessoas — nosso maior ativo em qualquer processo de inovação — fazem acontecer”, completou.

A diretora de Gestão e Modernização Portuária do Ministério de Portos e Aeroportos, Ana Carolina Bomfim, abriu o evento destacando a força estratégica do setor portuário para o desenvolvimento do país. Segundo ela, o desempenho recorde alcançado pelos portos brasileiros em 2024, com a movimentação de 1,32 bilhão de toneladas de cargas, “não é apenas uma estatística, ele reflete a força da economia brasileira e a crescente importância dos nossos portos no cenário global”, afirmou. A diretora também chamou a atenção para o papel da transformação digital no futuro do setor. “A inteligência artificial e a automação nos permitem aumentar a eficiência, reduzir custos, melhorar a segurança e, principalmente, oferecer um serviço de qualidade superior aos usuários”, completou.

Para Cristina Castro, superintendente de ESG e Inovação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a verdadeira inovação hoje vai além da inteligência artificial generativa. Segundo ela, o grande desafio atual é a humanização das tecnologias, ou seja, garantir que as soluções digitais realmente atendam a quem está na ponta e que nem sempre tem as mesmas condições de acesso ou entendimento tecnológico. “O foco agora é como usar a tecnologia para beneficiar essas pessoas, reduzindo desigualdades e ampliando oportunidades”, ressaltou.

A presidente em exercício do Porto do Itaquí, Isa Mary Mendonça, reforçou a agenda “como uma iniciativa ousada, visionária e criativa, para inspirar e conectar quem acredita no desenvolvimento contínuo e sustentável da nossa atividade portuária”, finalizou.

A Caravana

A Caravana da Inovação já passou pelos portos de Pernambuco e da Bahia e seguirá por diversos estados brasileiros. A iniciativa visa fomentar a inovação nos portos públicos por meio de capacitação e troca de experiências entre gestores, empresas, especialistas e órgãos públicos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 17/06/2025

PORTO DE SANTOS ALCANÇA RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM MAIO

Foram 16,6 milhões de toneladas no mês; resultado se deve ao crescimento da soja, celulose e carga containerizada



Porto de Santos movimentou 16,6 milhões de toneladas de cargas em maio de 2025 - Foto: Divulgação

O Porto de Santos movimentou 16,6 milhões de toneladas de cargas em maio de 2025, um recorde para um único mês e 5,1% a mais que o resultado de maio do ano passado.

Os grãos sólidos foram um dos segmentos que impulsionaram o bom desempenho, com alta de 5,3% em relação a maio de 2024. A movimentação de soja cresceu 12,6% em comparação com o mesmo mês do ano passado, e o farelo de soja, 6,9%. A movimentação por contêineres também teve destaque, com 477 mil TEU (medida padrão de um contêiner), o melhor resultado para o mês de maio, com aumento de 7,5%.

Os grãos líquidos apresentaram aumento de 2,3% em relação a maio do ano passado, com 1,6 milhão de toneladas. Os itens que mais cresceram foram o embarque de óleo combustível, 51,3%, e os sucos cítricos, com alta de 11,8%.

“O resultado recorde do Porto de Santos é reflexo do aquecimento da economia, do fortalecimento das relações comerciais do Brasil com outros países e dos investimentos em infraestrutura e modernização do maior complexo portuário da América Latina”, destaca o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Acumulado do ano

No acumulado do ano (janeiro a maio), o porto aumentou sua relevância na logística nacional, respondendo por 29,8% da corrente comercial brasileira — alta de 29,3% em relação ao mesmo período de 2024. A China mantém-se como o maior parceiro comercial do Complexo Portuário de Santos.

O transporte de cargas containerizadas também se destaca no acumulado do ano. De janeiro a maio, o Porto de Santos movimentou 2,29 milhões de TEU, 6% a mais que nos primeiros cinco meses de 2024.

As cargas gerais soltas também bateram recorde mensal e no acumulado do ano, com 1,1 milhão de toneladas em maio — alta de 36,7%. O resultado é impulsionado pelo transporte de celulose, que alcançou 919,2 mil toneladas, alta de 45,5% em relação a maio passado.

Os destaques positivos ainda incluem o crescimento nos desembarques de enxofre (141,8 mil toneladas, +29,9%), soda cáustica (129,7 mil toneladas, +65,3%) e trigo (126,1 mil toneladas, +12,8%). O fluxo de navios também reflete a dinâmica de expansão portuária, com 495 atracações em maio (+4,9% ante 2024).

Apesar do cenário positivo, alguns segmentos apresentaram quedas pontuais, como açúcar (-7,2% nos embarques) e café (-21,4%), reflexo de ajustes sazonais e de mercado.

Com informações da Autoridade Portuária de Santos
Assessoria Especial de Comunicação Social
Ministério de Portos e Aeroportos
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 17/06/2025

AEROPORTO DE CAMPINA GRANDE BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO E CONSOLIDA TÍTULO DE MELHOR DO NORDESTE

Com alta de 72% na movimentação durante a temporada junina passada, terminal amplia infraestrutura, melhora serviços e avança em sustentabilidade



Aeroporto de Campina Grande bate recorde de movimentação e consolida título de melhor do Nordeste - Foto: Aena

O Aeroporto Presidente João Suassuna, em Campina Grande (PB), registrou novos patamares de movimentação e desempenho em 2024, consolidando sua posição entre os principais terminais regionais do país. Eleito o Melhor Aeroporto Regional do Nordeste no Prêmio Aviação + Brasil 2025, promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com apoio da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Ministério

dos Direitos Humanos e da Cidadania e do grupo Brasil Export, o terminal é um dos ativos estratégicos da região.

Para o secretário Nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, o terminal de Campina Grande é um exemplo de como os aeroportos regionais podem impulsionar o desenvolvimento dos municípios. “Os resultados demonstram o potencial de aeroportos posicionados no interior do Brasil. Esse avanço tem impacto direto na economia local, gerando empregos, renda e fortalecendo o turismo.”, afirmou.

Localizada a cerca de 130 km de João Pessoa, Campina Grande figura entre os maiores polos industriais, tecnológicos e culturais do Nordeste, segundo o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE), da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Durante os festejos juninos, que ocorrem em 2025, entre 30 de maio a 6 de julho, a cidade se torna um dos principais destinos turísticos do Brasil, o que impacta diretamente o volume de operações no aeroporto.

Em 22 de junho de 2024, o aeroporto alcançou seu maior movimento diário do ano: 1.683 passageiros, distribuídos em 21 voos. O número representa um aumento de 72% em relação à média diária de 978 viajantes. Ao longo do mês de junho, 34.803 pessoas passaram pelo terminal, 53,8% a mais do que no mesmo período de 2023. As operações de pouso e decolagem também cresceram, passando de 507 para 817, um avanço de 61%.

Os dados refletem os investimentos no aeroporto. Em 2024, mais de 260 mil passageiros utilizaram o terminal, crescimento de 15% frente ao ano anterior, e mais de 5 mil voos foram registrados, alta de 23,9%.

Entre as melhorias realizadas no terminal de Campina Grande está a ampliação da área de embarque, que ganhou 800 m², com novos espaços para circulação e atendimento ao público. O estacionamento foi reformulado e agora opera 24 horas, com 132 vagas para carros e 20 para motos.

O aeroporto também se destacou no Prêmio Aeroportos Sustentáveis 2024, promovido pela ANAC. Alcançou 93,06% de pontuação e ficou em 4º lugar na Classe 1, categoria que reúne os aeroportos com até 200 mil passageiros por ano. O índice representa um aumento de mais de 10 pontos percentuais em relação ao desempenho anterior. A concessionária responsável pela gestão do aeroporto é a Aena Brasil.

Diante dos avanços conquistados, o secretário Nacional de Portos reforçou que o Governo Federal tem intensificado os esforços para ampliar os investimentos e os resultados positivos na aviação regional. “Lançamos recentemente o programa AmpliAR – Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais, desenvolvido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). A iniciativa permite que concessionárias já contratadas pela União assumam a gestão de aeroportos considerados deficitários. Esses terminais serão oferecidos individualmente, por meio de processos competitivos simplificados, conforme as diretrizes definidas após consulta pública”, explicou.

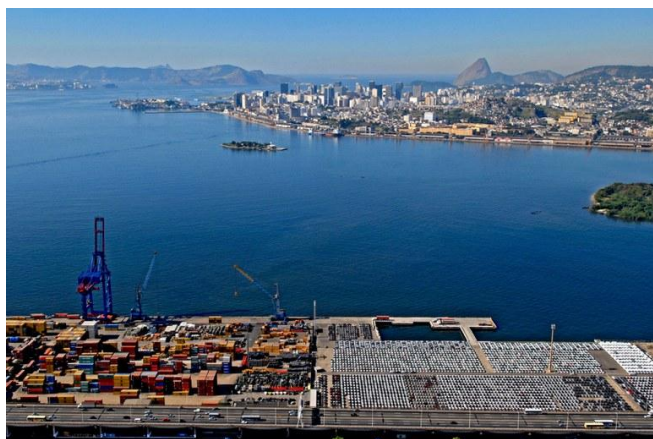
“A primeira etapa prevê a oferta de 19 aeroportos localizados em 11 estados das regiões da Amazônia Legal e do Nordeste. Os investimentos iniciais nesses terminais somam R\$ 1,35 bilhão, aproximadamente R\$ 77 milhões por aeroporto”, concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 17/06/2025

MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO CRESCE 27% NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO

Terminal registrou 5,4 milhões de toneladas movimentadas entre os meses de janeiro e abril



Porto do Rio de Janeiro registra crescimento expressivo e avança em investimentos estratégicos no primeiro trimestre de 2025 - Foto: Reprodução

O Porto do Rio de Janeiro registrou crescimento expressivo na movimentação de cargas no primeiro quadrimestre de 2025. Entre janeiro e abril deste ano, foram movimentadas 5,4 milhões de toneladas, um crescimento de 27,48% em relação com o mesmo período do ano passado. Os dados são do Estatístico Aquaviário, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

(Antaq).

Entre os destaques do período estão carga containerizada, com 3,8 milhões de toneladas, um avanço de 21,92%. O granel sólido alcançou 774 mil toneladas (alta de 20,86%), enquanto o granel líquido apresentou o maior crescimento percentual do período: 74,98%, somando 540 mil toneladas. Já a carga geral chegou a 324 mil toneladas, aumento de 60,85%, em comparação com o mesmo período do ano passado. Os números confirmam o Porto do Rio de Janeiro entre os 10 mais importantes terminais do país.

Do total de cargas movimentadas entre janeiro e abril de 2025, 1,1 milhão de toneladas foram transportadas por cabotagem, o que representa 35,18% a mais do que nos primeiros quatro meses do ano passado. Na navegação por longo curso, que inclui exportação e importação, foram 3,6 milhões de toneladas, 19,61% a mais do que em 2024. Vale destacar que a cabotagem refere-se à

navegação entre portos dentro do mesmo país, e a navegação de longo curso é a realizada entre portos de países diferentes.

Além de carga geral, containerizada, graneis sólidos e líquidos, o Porto do Rio de Janeiro atua também com produtos siderúrgicos, trigo concentrado de zinco e cargas de apoio offshore.

O secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, destacou que os números refletem a política de investimentos do Ministério de Portos e Aeroportos e a atenção que o governo tem dedicado ao setor nos últimos anos.

"Os bons resultados dos terminais brasileiros refletem a aplicação de recursos que estamos realizando no modal. O Brasil tem uma dívida histórica com a infraestrutura portuária, mas agora estamos revertendo esse cenário, com mais aportes, concessões de terminais e canais de navegação, e melhorias na infraestrutura. A economia brasileira passa pelos portos. É por eles que circulam alimentos, insumos e riquezas, gerando emprego, renda e desenvolvimento em todas as regiões."



Porto do Rio de Janeiro apresenta crescimento na movimentação de cargas

Investimentos

Desde abril deste ano, o Porto do Rio de Janeiro está pronto para receber embarcações com maior volume de carga, após a conclusão das obras de dragagem do canal principal, feitas pela PortosRio, responsável pela gestão portuária. A modernização vai elevar a capacidade operacional do terminal e fortalecer sua

posição estratégica no cenário nacional.

Com um investimento de R\$ 163 milhões, a profundidade do canal passou a ser de 15,3 metros, permitindo um aumento estimado de até 700 TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) por embarcação.

Além da dragagem, o porto também passou por uma atualização dos sinais náuticos, possibilitando que embarcações com até 366 metros de comprimento realizem manobras com segurança, aumentando ainda mais a competitividade do terminal carioca.

Também em abril, o terminal RDJ11 foi leiloado em um certame promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com a Antaq. A licitação integra a primeira rodada de arrendamentos de 2025 do Governo Federal.

O terminal RDJ11 será destinado à movimentação e armazenagem de graneis sólidos — com destaque para o concentrado de zinco — e carga geral, em especial produtos siderúrgicos. O projeto, arrematado pelo Consórcio Porto do Rio de Janeiro, vai receber investimento direto de R\$ 6,80 milhões, com contrato de concessão de 10 anos.

O fluxo operacional previsto para o terminal inclui recepção rodoviária e ferroviária, armazenagem em pátio aberto e expedição aquaviária no caso da carga geral; e, para o granel sólido, operações de recepção aquaviária, armazenagem e posterior expedição por modal terrestre — rodoviário ou ferroviário.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 17/06/2025

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ENTREGA OBRAS DE MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO DE MACAÉ (RJ)

Com investimento de R\$ 220 milhões, terminal fluminense se consolida como referência nacional no apoio à indústria offshore de óleo e gás

Nesta terça-feira (17), o Ministério de Portos e Aeroportos inaugura as obras de modernização do Aeroporto de Macaé (RJ). Com investimento de R\$ 220 milhões da Zurich Airport Brasil, concessionária do terminal, a obra integra o Plano Aeroviário Nacional (PAN) e reforça a infraestrutura logística da cidade, reconhecida como capital nacional do petróleo. O ministro Silvio Costa Filho participa da cerimônia de entrega.

A principal entrega é a nova pista de pousos e decolagens, com 1.410 metros de extensão, homologada para aeronaves de maior porte, como o Embraer 195. A ampliação muda a categoria da base aeroportuária e torna o Aeroporto de Macaé o único do Brasil com duas pistas operacionais voltadas para atividades offshore.

As obras foram iniciadas em junho de 2023 e concluídas em dezembro de 2024, com geração estimada de 380 empregos diretos e indiretos. As intervenções incluíram a implantação da nova pista de pousos e decolagens, com desenvolvimento do projeto executivo, terraplenagem, drenagem, tratamento de solos, pavimentação, sinalização e balizamento.

Também foram realizadas a realocação de equipamentos de auxílio à navegação aérea, revestimento vegetal, construção de taxiways e ampliação do pátio de aeronaves de asa rotativa.

Credenciamento de imprensa

Os profissionais interessados em acompanhar o evento deverão solicitar o credenciamento pelo e-mail: ascom@mpor.gov.br. No corpo da mensagem, é necessário informar nome completo, nome do veículo, RG e CPF até às 20h.

Serviço

O que: Entrega das obras do Aeroporto de Macaé

Quando: Terça-feira, 17 de junho

Onde: Aeroporto de Macaé – Avenida Almirante Barroso, s/n – Aeroporto, Macaé/RJ

Horário: 15h

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 17/06/2025

SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE INÍCIO DAS OBRAS DE TRÊS AEROPORTOS DO MATO GROSSO DO SUL

Durante o evento, também será inaugurada a nova sala multissensorial do Aeroporto Internacional de Campo Grande

Nesta terça-feira (17), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa da cerimônia que marca o início das obras de ampliação dos aeroportos de Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul. O evento ocorrerá no Aeroporto Internacional de Campo Grande e também marcará a inauguração da nova Sala Multissensorial do terminal.

As obras fazem parte da Fase 1B do contrato de concessão da empresa Aena Brasil, com conclusão prevista até junho de 2026. A execução das obras será feita pelo consórcio formado pelas empresas Construcap e Copasa.

A cerimônia contará com a presença do diretor-presidente da Aena Brasil, Santiago Yus, do governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, além de outras autoridades, representantes da sociedade civil, comunidade aeroportuária e imprensa.



Credenciamento de imprensa

Ao final do evento, o ministro falará com os profissionais de imprensa. A presença deverá ser confirmada por e-mail: imprensa@aenabrasil.com.br. Não é necessário enviar número de documento.

Serviço

O quê: Cerimônia de início das obras de ampliação dos aeroportos da Aena e inauguração da Sala Multissensorial

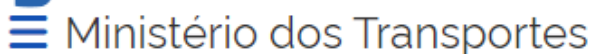
Quando: Terça-feira, 17 de junho de 2025

Horário: 8h30

Onde: Aeroporto Internacional de Campo Grande (MS)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 17/06/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTRO DOS TRANSPORTES PARTICIPA DE EVENTO QUE MARCA A DUPLICAÇÃO DO CONTORNO NORTE DE CURITIBA (PR)

Obras acontecerão na PR-418, entre a capital paranaense e os municípios de Almirante Tamandaré e Colombo; cerimônia é nesta quarta (18)

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa, nesta quarta-feira (18), do evento que dá início às obras de duplicação da PR-418, conhecida como Contorno Norte de Curitiba. As intervenções serão realizadas pela concessionária Via Araucária, vencedora do leilão do Lote 1 do sistema rodoviário paranaense. A empresa irá investir R\$13,1 bilhões em melhorias nas estradas do estado.

A modelagem do Lote 1 está inserida na nova política de concessões rodoviárias do Ministério dos Transportes, que une vias estaduais e federais.

Nesta primeira etapa, será duplicado um trecho de 16,76 quilômetros da PR-418, entre os municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré e Colombo. O projeto inclui a construção de sete viadutos e novas vias marginais, com previsão de conclusão até 2027.

As obras beneficiarão milhares de motoristas que utilizam diariamente uma das principais conexões da região metropolitana de Curitiba. A iniciativa integra o Novo PAC e reforça o compromisso do Governo Federal com os paranaenses, consolidando a PR-418 como eixo estratégico de integração logística, conectando áreas industriais, comerciais e residenciais.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para os profissionais interessados em acompanhar a cerimônia.

Serviço

Início das obras de duplicação do Contorno Norte de Curitiba (PR-418)

Quarta-feira (18), às 10h

Av. Manoel Ribas, esquina com Rua Jurant Cvintal, s/n, Santa Felicidade - Curitiba (PR) - (Estacionamento com transfer)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 17/06/2025

PONTE SOBRE O RIO JEQUITINHONHA TERÁ TRÁFEGO CONTROLADO A PARTIR DESTA QUARTA-FEIRA (18)

Acordo entre Ministério dos Transportes, Governo da Bahia e PRF permitirá a circulação de veículos leves e essenciais na BR-101/BA; medida visa garantir mobilidade durante festejos juninos



Renan Filho anuncia liberação parcial da ponte sobre o Rio Jequitinhonha, na BR-101/BA, a partir de quarta (18). - Foto: Marcio Ferreira/MT

O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, antecipou para quarta-feira (18) a liberação parcial da ponte sobre o Rio Jequitinhonha, no km 661,72 da BR-101, em Itapebi (BA). A medida, anunciada nesta segunda-feira (16) pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, vale para veículos leves e de serviços essenciais, e foi articulada com o Governo da Bahia, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para minimizar os impactos à mobilidade durante o período dos festejos juninos.

“Isso vai aliviar bastante a situação da população, que precisa circular para trabalhar, estudar, buscar atendimento de saúde e garantir serviços essenciais, como a limpeza urbana, que é muito importante naquela região. Vamos garantir essa reabertura parcial com segurança”, destacou o ministro.

Estão autorizados a circular sobre a estrutura:

- Carros de passeio
- Vans de passageiros
- Ambulâncias
- Viaturas policiais

O tráfego de caminhões e ônibus de qualquer natureza permanece proibido. A travessia funcionará em sistema de “Pare e Siga”, com monitoramento das forças de segurança. O descumprimento das regras implicará multa e retenção do veículo.

O secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Manoel Carlos de Almeida, informou que a PRF atuará com efetivo reforçado, inclusive de outros estados, em regime de plantão 24 horas. A operação terá duração inicial de 30 dias, podendo ser prorrogada conforme a necessidade.

Para o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, a atuação coordenada entre os entes federativos é fundamental. “É sempre um trabalho de parceria, com uma força reforçando a outra, para garantir segurança à população”, concluiu.

Tráfego parcial

O DNIT executou os serviços necessários para permitir a reabertura parcial da ponte, como a retirada da camada de asfalto, limpeza da drenagem e definição do plano operacional de tráfego. A estrutura será monitorada continuamente pelos 15 dias seguintes à liberação, e uma nova avaliação técnica será realizada ao fim desse período para verificar a possibilidade de ampliação do tráfego no local.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 17/06/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PRORROGA CONSULTA PÚBLICA SOBRE OUTORGAS FERROVIÁRIAS ATÉ 1º DE JULHO

Sugestões podem ser enviadas pela plataforma Participa + Brasil

O Ministério dos Transportes prorrogou até o dia 1º de julho o prazo para envio de contribuições à consulta pública sobre a Política Nacional de Outorgas Ferroviárias. A nova data foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) nesta segunda-feira (16).

A proposta de portaria estabelece diretrizes para a política pública voltada à estruturação de projetos ferroviários, seguindo modelo semelhante ao adotado para o setor rodoviário. A minuta define parâmetros para a elaboração de concessões, incluindo regras para modelagens, critérios da matriz de risco, padrões de desempenho e eficiência, entre outros pontos importantes.

Uma das principais inovações da proposta é a previsão de uso de aporte público, incluindo recursos oriundos de renovações antecipadas de contratos e indenizações, como forma de viabilizar projetos ferroviários estruturantes em todo o país.

Segundo o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, a medida reforça o compromisso da pasta com a transparência e a participação social na formulação de políticas públicas. “Queremos ouvir o setor ferroviário, investidores, usuários e a sociedade civil. As sugestões recebidas são essenciais para aprimorar o desenho das nossas políticas e garantir segurança jurídica aos projetos”, afirmou.

As sugestões podem ser enviadas até 1º de julho na plataforma Participa + Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 17/06/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM IMPORTANTE RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A seleção do Brasil pelo Fundo de Investimento Climático (CIF) para liderar o Programa de Descarbonização da Indústria, com acesso a US\$ 250 milhões em recursos, representa um endosso global significativo aos esforços do País em sua transição para uma economia de baixo carbono. Essa é a primeira iniciativa de financiamento internacional dedicada exclusivamente à redução de emissões industriais em nações em desenvolvimento, e a distinção conferida ao Brasil sublinha o reconhecimento de seu potencial e o compromisso nessa agenda.

A proposta brasileira, desenvolvida por múltiplos ministérios e coordenada pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, demonstra uma abordagem governamental integrada e estratégica. O projeto alinha-se à Estratégia Nacional de Descarbonização Industrial, um pilar central do programa Nova Indústria Brasil (NIB), o que confere coerência e robustez à iniciativa. A avaliação por um grupo independente de especialistas, que considerou o engajamento do setor privado, a prontidão institucional e o compromisso com a transição, valida a qualidade do plano apresentado.

Além da meta primordial de redução de emissões, o projeto brasileiro prevê o desenvolvimento de tecnologias limpas e circulares, incluindo o uso de hidrogênio de baixa emissão, a promoção da economia circular, o estímulo à inovação e a geração de empregos verdes. A destinação de parte dos recursos para a implementação de hubs de hidrogênio, que serão selecionados por meio de chamada pública, sinaliza um avanço prático na descarbonização.



A escolha do Brasil como líder neste programa do CIF, em meio à preparação para sediar a COP30 em Belém, reforça a expectativa de que a agenda da descarbonização industrial ganhará destaque no evento global. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, acentuou o comprometimento do País com políticas de transição energética e a construção de um ambiente confiável para investimentos.

O reconhecimento internacional dos esforços brasileiros em seu processo de descarbonização é de grande valor, pois valida as políticas e estratégias em curso. Entretanto, é fundamental que as autoridades e a iniciativa privada no Brasil aproveitem não apenas a linha de financiamento oferecida pelo CIF, mas também redobrem seus próprios investimentos para reduzir significativamente a emissão de gases de efeito estufa. A urgência das mudanças climáticas exige uma ação coordenada e robusta, que vá além dos recursos externos e incorpore a descarbonização como um imperativo estratégico para a competitividade da indústria brasileira e a sustentabilidade do planeta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/06/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - INTERESSE INTERNACIONAL PELO TECON SANTOS 10 ATRAI GIGANTES DO SETOR PORTUÁRIO

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DEMANDA INTERNACIONAL

O interesse do mercado internacional pela implantação do Tecon Santos 10, o megaterminal de contêineres e carga geral proposto pelo Governo para o Porto de Santos (SP), tem crescido nas últimas semanas. Ao menos oito grandes players já se reuniram com representantes da União para tratar desse projeto. Houve encontros com executivos da armadora Cosco, da operadora portuária China Merchants (que administra um terminal em Paranaguá, no Paraná), ambas chinesas, da poderosa PSA, a Autoridade Portuária de Cingapura, e da filipina ICTSI (que opera no Brasil no Rio de Janeiro e em Suape, em Pernambuco).

INTERESSE NACIONAL

O Tecon Santos 10 também despertou o interesse de investidores brasileiros. Autoridades do Governo Federal já debateram o empreendimento com equipes da JBS Terminais (que já controla o terminal de contêineres de Itajaí, em Santa Catarina) e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN, que atua no setor portuário a partir do Sepetiba Tecon, em Itaguaí, no Rio de Janeiro). Também manifestaram interesse o BTG e o Pátria Investimentos.

AS RESTRIÇÕES

De acordo com a proposta apresentada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), e hoje em análise no Tribunal de Contas da União (TCU), o leilão do Tecon Santos 10 será realizado em duas fases, com restrição de participações na primeira. Se a regra apresentada pela Antaq for mantida pelo TCU, empresas que já atuam no setor de contêineres do Porto de Santos não poderiam participar da disputa nessa primeira etapa, entrando apenas em uma eventual segunda (que ocorreria somente se não aparecerem interessados na fase inicial). Se essa regra for mantida, a restrição irá atingir as amadoras Maersk (controladora de 50% da Brasil Terminal Portuário, a BTP), MSC (que responde pelos outros 50% da BTP) e CMA CGM (proprietária da Santos Brasil) e, ainda, a operadora Dubai Ports World (DPW).

AGENDA

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, estará no Mato Grosso do Sul nesta terça-feira, dia 17. Na agenda, cerimônias que celebram o início das obras de expansão dos aeroportos de Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/06/2025

NACIONAL - ESTUDO PREVÊ R\$ 277,9 BI EM INFRAESTRUTURA, COM ALTA DE 4,2% EM 2025

Levantamento da CNI destaca protagonismo do setor privado e defende políticas públicas mais estruturadas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A expectativa é que 72,2% dos recursos aplicados em infraestrutura este ano venham do setor privado, percentual superior ao registrado no ano passado, que foi de 70,5%

Os investimentos em infraestrutura no Brasil devem alcançar R\$ 277,9 bilhões em 2025, segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado na última sexta-feira (13). Caso a projeção se confirme, o valor representará um crescimento de 4,2% em relação aos R\$ 266,8 bilhões investidos no ano

passado.

Mesmo com o aumento, a participação dos aportes no Produto Interno Bruto (PIB) tende a cair de 2,27%, em 2024, para 2,21% neste ano. “O Brasil historicamente investe pouco em infraestrutura. Em alguns setores, o investimento é inferior à depreciação dos ativos, o que gera estradas mal conservadas, falhas no fornecimento de energia, telecomunicações instáveis e deficiências no saneamento”, avalia Ramon Cunha, analista da CNI.

O levantamento, elaborado em parceria com a Inter. B Consultoria, mostra que os setores de saneamento básico e transportes devem liderar a expansão dos investimentos em 2025. Também são esperados avanços, ainda que modestos, em telecomunicações e energia elétrica.

O estudo destaca a permanência da iniciativa privada como principal fonte de financiamento. A expectativa é que 72,2% dos recursos aplicados em infraestrutura este ano venham do setor privado, percentual superior ao registrado em 2024 (70,5%) e em linha com a tendência observada desde 2019, quando o capital privado passou a responder por mais de 70% do total investido.

Embora o aumento dos investimentos seja visto como positivo, a CNI chama a atenção para entraves que continuam a limitar o desenvolvimento da infraestrutura no país. Entre os principais desafios estão a lentidão nos processos de licenciamento ambiental, barreiras regulatórias e a baixa execução orçamentária no setor público.

“Crescer os investimentos é um passo importante, mas não suficiente. Precisamos eliminar ineficiências e enfrentar questões estruturais, como os juros elevados e o ambiente macroeconômico desfavorável”, afirma o presidente da CNI Ricardo Alban. Para ele, a modernização da infraestrutura é essencial para fortalecer a competitividade da economia brasileira, reduzir desigualdades regionais e impulsionar o crescimento sustentável.

A entidade propõe um conjunto de medidas estruturadas em oito eixos estratégicos. As diretrizes incluem a transformação dos investimentos em política de Estado, ampliação responsável dos aportes públicos, melhoria da governança dos projetos e garantia de maior segurança jurídica para atrair investidores.

Outras sugestões envolvem o aprimoramento da regulação, o aumento da participação do mercado de capitais no financiamento de obras e o fortalecimento do papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente estruturador de projetos sustentáveis. A meta é que o país alcance, nos próximos anos, um patamar de investimentos equivalente a 4% do PIB.



Longo prazo

A CNI destaca que o Brasil reúne condições favoráveis para atrair investimentos em infraestrutura, especialmente por suas dimensões territoriais, relevância agrícola e industrial, e papel estratégico na transição energética global. O potencial para descarbonização por meio de fontes renováveis é considerado um diferencial competitivo.

Em 2024, os maiores volumes de recursos foram direcionados para os segmentos de energia elétrica (R\$ 112,8 bilhões), transportes (R\$ 84,6 bilhões), saneamento básico (R\$ 41,1 bilhões) e telecomunicações (R\$ 28,3 bilhões).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/06/2025

NACIONAL - CONSULTA PÚBLICA SOBRE OUTORGAS FERROVIÁRIAS TEM PRAZO PRORROGADO ATÉ JULHO

Proposta estabelece diretrizes para concessões e prevê uso de recursos públicos para viabilização dos projetos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério dos Transportes prorrogou até 1º de julho o prazo para envio de sugestões à consulta pública sobre a Política Nacional de Outorgas Ferroviárias. A nova data foi oficializada por meio de portaria publicada na edição de segunda-feira (16) do Diário Oficial da União.

A proposta em discussão estabelece diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas à estruturação de projetos ferroviários, com base em um modelo semelhante ao já utilizado no setor rodoviário. A minuta prevê parâmetros para concessões, abrangendo aspectos como modelagem, critérios da matriz de risco, padrões de desempenho e eficiência, entre outros.

Entre os principais pontos da proposta está a possibilidade de utilização de aporte público como instrumento para viabilizar projetos estruturantes no setor ferroviário. A medida inclui uso de recursos provenientes de renovações antecipadas de contratos e de indenizações.

De acordo com o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, o processo de consulta reforça a importância da participação social na construção de políticas públicas. “Queremos ouvir o setor ferroviário, investidores, usuários e a sociedade civil.

As sugestões recebidas são essenciais para aprimorar o desenho das nossas políticas e garantir segurança jurídica aos projetos”, afirmou. As contribuições devem ser enviadas até o dia 1º de julho por meio da plataforma Participe + Brasil (www.gov.br/participamaisbrasil).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/06/2025

NACIONAL - FUNDO INTERNACIONAL DESTINA R\$ 1,3 BI AO BRASIL PARA REDUZIR EMISSÕES INDUSTRIAIS

País teve a proposta mais bem avaliada entre 26 concorrentes e deverá apresentar plano com projetos prioritários nos próximos meses

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Brasil foi o país mais bem avaliado entre os 26 concorrentes selecionados pelo Fundo de Investimento Climático (CIF, na sigla em inglês) para participar do Programa de Descarbonização da Indústria. Com isso, o país terá acesso a US\$ 250 milhões (cerca de R\$ 1,3 bilhão) para acelerar a transição de setores industriais intensivos em emissões, como cimento, aço, alumínio, químicos e fertilizantes.



Parte dos recursos será destinada à implementação de hubs de hidrogênio, que serão selecionados em chamada pública prevista para outubro, sob responsabilidade do MME

Essa é a primeira iniciativa global de financiamento dedicada exclusivamente à redução de emissões industriais de gases de efeito estufa (GEE) em países em desenvolvimento. No total, o CIF destinará US\$ 1 bilhão (R\$ 5,5 bilhões) ao programa, que marca uma nova frente de atuação

para a agenda climática internacional.

A proposta brasileira foi elaborada de forma conjunta pelos ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); da Fazenda; e de Minas e Energia (MME), com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A coordenação ficou a cargo da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

O projeto integra a Estratégia Nacional de Descarbonização Industrial, um dos pilares do programa Nova Indústria Brasil (NIB), lançado no início do ano. A proposta foi avaliada por um grupo independente de especialistas, que levou em consideração fatores como engajamento do setor privado, prontidão institucional e compromisso com a transição para uma economia de baixo carbono.

Além da redução de emissões, o projeto brasileiro prevê o desenvolvimento de tecnologias limpas e circulares, como o uso de hidrogênio de baixa emissão, a promoção da economia circular, estímulo à inovação e geração de empregos verdes. Parte dos recursos será destinada à implementação de hubs de hidrogênio, que serão selecionados em chamada pública prevista para outubro, sob responsabilidade do MME.

Nos próximos meses, o governo brasileiro deverá apresentar ao Comitê do Fundo Fiduciário do CIF o plano de investimentos detalhado, com os projetos prioritários, instrumentos financeiros e estratégias de mobilização de capital privado.

O anúncio do resultado ocorreu na última sexta-feira (13), em meio à preparação do Brasil para sediar, em novembro, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA). Para o governo federal, a escolha do país como líder na seleção do CIF reforça a expectativa de que a agenda da descarbonização industrial ganhe destaque durante o evento.

“O resultado é fruto do comprometimento do Brasil com políticas voltadas para transição energética e com a construção de ambiente confiável e atrativo para investimentos. Estamos empenhados em promover uma indústria mais limpa, inovadora e competitiva, capaz de gerar empregos de qualidade, movimentar a economia e melhorar a vida da população brasileira. Com apoio do CIF, iremos fortalecer ainda mais nossas ações rumo a um futuro mais sustentável”, afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Os Fundos de Investimento Climático são uma iniciativa internacional que mobiliza recursos financeiros para apoiar países em desenvolvimento na adoção de soluções contra as mudanças climáticas. O CIF promove ações voltadas à ampliação do acesso à energia, ao uso de tecnologias limpas, à resiliência climática e ao manejo sustentável de florestas, com foco no desenvolvimento sustentável e na redução das emissões globais de gases de efeito estufa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 17/06/2025

NACIONAL – MINISTRO DEFENDE REDUÇÃO DO PREÇO DO GÁS NATURAL PARA REINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou na segunda-feira (16), em São Paulo, que a redução do preço do gás natural é condição essencial para a reindustrialização do Brasil.

“O BRASIL PRECISA TER COMO PREMISSAS A SEGURANÇA JURÍDICA, O RESPEITO AOS CONTRATOS E A PREVISIBILIDADE”

ALEXANDRE SILVEIRA
ministro de Minas e Energia

Durante o seminário Gás para Empregar: Construindo uma Estrutura Justa e Sustentável de Preços, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o ministro defendeu a necessidade de equilíbrio entre o papel social da Petrobras e a segurança jurídica no setor.

“O Brasil precisa ter como premissas a segurança jurídica, o respeito aos contratos e a previsibilidade. A Petrobras, ao mesmo tempo que tem sua natureza jurídica, tem um grande papel social, especialmente onde ela tem monopólio, como no escoamento do gás natural das nossas plataformas. É preciso equilibrar a força empresarial com a compreensão das necessidades do Brasil. Não se trata de intervencionismo, e a valorização das ações da companhia durante a gestão do presidente Lula é a maior prova disso”, disse Silveira.

O ministro também ressaltou a importância de mudanças na atuação da Petrobras para reduzir os índices de reinjeção do gás natural, aumentando a oferta para a indústria nacional. “Nós precisamos que a estrutura corporativa da Petrobras ajude o Brasil. E que daqui para frente a companhia tenha a condição de diminuir a reinjeção do gás para aumentar esse importantíssimo combustível para a indústria nacional”, declarou.

Segundo Silveira, o primeiro passo para essas mudanças será o compromisso da Petrobras com a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural (PPSA) para o primeiro leilão de gás da União, previsto para ocorrer “no máximo, no primeiro semestre do ano que vem”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/06/2025

REGIÃO SUDESTE – PORTO DO RIO TEM ALTA DE 27% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE

Crescimento expressivo confirma o terminal entre os dez maiores do país, com destaque para grãos líquidos e carga geral

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Segundo dados do Estatístico Aquaviário da Antaq, foram movimentadas 5,4 milhões de toneladas entre janeiro e abril, 27,48% a mais em relação ao mesmo período de 2024

O Porto do Rio de Janeiro apresentou crescimento significativo na movimentação de cargas no primeiro quadrimestre deste ano. Segundo dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), foram movimentadas 5,4 milhões de toneladas entre janeiro e abril, um avanço de 27,48% em

comparação ao mesmo período do ano anterior.



A carga containerizada teve destaque, totalizando 3,8 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 21,92%. O granel sólido somou 774 mil toneladas, alta de 20,86%, enquanto o granel líquido registrou o maior crescimento percentual, de 74,98%, com 540 mil toneladas movimentadas. A carga geral, por sua vez, alcançou 324 mil toneladas, um aumento de 60,85% em relação a 2024. Esses números reforçam a posição do porto entre os dez terminais mais relevantes do país.

Do total movimentado, 1,1 milhão de toneladas foi transportado por cabotagem, modalidade que corresponde à navegação entre portos dentro do território nacional, e que cresceu 35,18% no período. A navegação de longo curso, que engloba exportação e importação, movimentou 3,6 milhões de toneladas, alta de 19,61% em comparação com o ano anterior.

Além dos tipos de carga já mencionados, o porto opera também com produtos siderúrgicos, trigo, concentrado de zinco e cargas de apoio offshore.

Para o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, os resultados refletem a política de investimentos adotada pelo Ministério de Portos e Aeroportos. “Os bons resultados dos terminais brasileiros refletem a aplicação de recursos que estamos realizando no modal. O Brasil tem uma dívida histórica com a infraestrutura portuária, mas agora estamos revertendo esse cenário, com mais aportes, concessões de terminais e canais de navegação, e melhorias na infraestrutura. A economia brasileira passa pelos portos. É por eles que circulam alimentos, insumos e riquezas, gerando emprego, renda e desenvolvimento em todas as regiões.”

Investimentos

Em abril, foram concluídas as obras de dragagem do canal principal do Porto do Rio de Janeiro, realizadas pela PortosRio, responsável pela gestão do terminal. A modernização, que contou com investimento de R\$ 163 milhões, aumentou a profundidade do canal para 15,3 metros, possibilitando o recebimento de embarcações com maior volume de carga. A expectativa é que a capacidade de transporte por embarcação aumente em até 700 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés).

Além disso, o porto passou por atualização dos sinais náuticos, permitindo manobras seguras para embarcações de até 366 metros de comprimento, o que deve elevar a competitividade do terminal no cenário nacional.

No mesmo mês, o terminal RDJ11 foi arrematado em leilão promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos em parceria com a Antaq. O terminal será destinado à movimentação e armazenagem de graneis sólidos, com destaque para concentrado de zinco, e carga geral, especialmente produtos siderúrgicos. O consórcio vencedor, Porto do Rio de Janeiro, deverá investir R\$ 6,8 milhões no terminal, sob contrato de concessão válido por 10 anos.

O fluxo operacional do RDJ11 prevê recepção rodoviária e ferroviária, armazenagem em pátio aberto e expedição aquaviária para carga geral. Para o granel sólido, estão previstas operações de recepção aquaviária, armazenagem e expedição por modais terrestre — rodoviário ou ferroviário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/06/2025

REGIÃO SUDESTE - RECEITA FAZ SEGUNDA APREENSÃO DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS EM MENOS DE UMA SEMANA

Foram interceptados 657 quilos da droga, que tinha como destino a Polônia, com passagem pelo Porto de Hamburgo, na Alemanha

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Equipes da Receita Federal e da Alfândega de Santos interceptaram o envio de 657 quilos de cocaína para o exterior em operação realizada na segunda-feira (16), no Porto de Santos (SP). A droga estava escondida em um carregamento de 22 toneladas de café e tinha como destino final a Polônia, com baldeação no porto de Hamburgo, na Alemanha.



De acordo com a Receita Federal, os tabletes de cocaína foram escondidos dentro de 30 sacas de café, substituindo parte da mercadoria original que tinha como destino a Polônia

O entorpecente foi encontrado durante trabalhos de rotina de vigilância e repressão aduaneiras, conduzidos pelas equipes locais. A carga estava dividida em dois contêineres, totalizando 687 sacas de rafia. A contaminação ocorreu em apenas um deles, onde os tabletes de cocaína

foram escondidos dentro de 30 sacas de café, substituindo parte da mercadoria original.

A seleção da carga suspeita foi feita com base em critérios objetivos de gerenciamento e análise de riscos, além das imagens geradas por escâneres durante o processo de fiscalização. A Receita Federal informa que esse po de monitoramento tem sido adotado de forma crescente como forma de garantir mais eficiência nas ações de repressão ao tráfico internacional por meio do comércio exterior.

Durante a verificação física da carga, cães de faro das unidades da Receita Federal em Santos, Viracopos e da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da 8ª Região Fiscal (Direp08) auxiliaram na localização da droga. Segundo a Receita, esse tipo de atuação conjunta fortalece o trabalho integrado entre diferentes unidades aduaneiras e também o treinamento das equipes especializadas.

Com a confirmação da contaminação, a Polícia Federal foi acionada para iniciar os procedimentos de perícia no local e abrir investigação com base em inquérito policial. Até o momento, ninguém foi preso.

Esta foi a segunda grande apreensão de cocaína no Porto de Santos em menos de uma semana. No último dia 10, autoridades já haviam localizado 1.505 quilos da droga escondidos em uma carga de papel — o maior volume apreendido no complexo portuário nos últimos quatro anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/06/2025

REGIÃO SUDESTE - MAQUETE VIRTUAL DETALHA NOVA PISTA DA IMIGRANTES

Projeto de R\$ 6 bilhões prevê túnel de 6 km e deve ampliar em 145% a capacidade de descida de caminhões rumo ao Porto de Santos

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebeneews.com.br



O vídeo mostra os detalhes referentes à nova pista, desde o seu início, no km 43 da Rodovia dos Imigrantes, até a sua parte final, no km 265 da Cônego Domênico Rangoni

O Governo de São Paulo e a Ecovias, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), divulgaram na última sexta-feira (13) a maquete virtual referente ao projeto da terceira pista da

Rodovia dos Imigrantes. A expectativa do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), é que as obras possam ter início já no ano que vem.

O vídeo mostra os detalhes referentes à nova pista, desde o seu início, no km 43 da Rodovia dos Imigrantes, até a sua parte final, no km 265 da Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP055), em Cubatão.

Conforme já divulgado, a terceira pista da Rodovia dos Imigrantes terá um total de 21,5 quilômetros e será composta, em sua maioria, por túneis, incluindo um com extensão de 6 quilômetros, tornando-se o maior deste tipo em rodovias no Brasil.

Na última sexta-feira (13), durante participação do ato cívico em homenagem a José Bonifácio, o governador afirmou que há expectativa de obter as licenças necessárias para o ano que vem, que vão viabilizar o início das obras.

“O projeto está em fase de desenvolvimento do projeto executivo. Está andando muito bem. A gente deve obter todas as licenças até o meio do ano que vem, que é o prazo que vamos ter para conclusão dos projetos. Para a partir do segundo semestre a gente tenha condições de poder iniciar a obra. Estamos falando de aproximadamente R\$ 6 bilhões de investimentos. É um investimento de grande porte, que vai aumentar e muito a capacidade desse sistema que liga o Planalto à Baixada”, comentou. O Governo do Estado esma que a nova ligação fique pronta até 2031.

O traçado definido pela Ecovias visa facilitar o acesso dos caminhões e demais veículos pesados às duas margens do Porto de Santos: a margem direita, em Santos, pela Via Anchieta, e a margem esquerda, em Guarujá, seguindo pela Rodovia Conego Domênico Rangoni, segundo o Governo do Estado.

A capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes será ampliada em 145% na descida de veículos pesados para o Litoral paulista. Com isso, o projeto vai atender a demanda de tráfego existente, mas também necessidades futuras de aumento de fluxo na rodovia.

Hoje, pouco mais de 20 mil caminhões acessam o Porto de Santos diariamente e só podem fazer a descida para a Baixada Santista pela Via Anchieta. A nova pista terá inclinação média de 4%, que possibilitará o tráfego de veículos pesados, que inclui também ônibus e vans, com total segurança.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/06/2025

REGIÃO SUDESTE – SÃO PAULO APRESENTA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA EM MISSÃO À ÁSIA

Governo estadual busca parcerias e investimentos na China, Coreia do Sul e Japão para concessões em mobilidade e logística

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Os encontros envolvem empresas dos setores de transporte ferroviário, mobilidade elétrica, telecomunicações e infraestrutura, além de instituições multilaterais de financiamento

O Governo de São Paulo iniciou na segunda-feira (16) uma missão internacional à Ásia para apresentar projetos de infraestrutura e ampliar o diálogo com empresas, instituições financeiras e órgãos governamentais da China, Coreia do Sul e Japão. A agenda vai até o dia 27 e é coordenada pela Secretaria de Parcerias em Investimentos do

Estado (SPI).

Com foco em mobilidade urbana, transporte sobre trilhos, infraestrutura logística e requalificação urbana, a comitiva paulista é liderada pelo secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini. Também integram o grupo o diretor presidente da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), André Ispert, e o diretor de Assuntos Corporativos da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), Augusto Almudin.

Durante a missão, serão apresentados os principais projetos do portfólio de concessões e parcerias público-privadas do estado. Entre eles estão o Trem Intercidades Eixo Oeste (TIC Sorocaba), o túnel imerso Santos-Guarujá, o lote ABC Guarulhos (Linhas 10 e 14), o novo Centro Administrativo do Campos Elíseos e a PPP das Travessias Hídricas.

Os encontros envolvem empresas dos setores de transporte ferroviário, mobilidade elétrica, telecomunicações e infraestrutura, além de instituições multilaterais de financiamento.

“São Paulo lidera no Brasil uma agenda de infraestrutura com qualidade técnica, segurança regulatória e impacto direto na vida das pessoas. Nosso objetivo com essa missão é atrair parceiros estratégicos, apresentar oportunidades de investimento e colher contribuições que ajudem a melhorar ainda mais os nossos projetos”, afirma o secretário Rafael Benini.

Segundo ele, a missão também representa uma oportunidade de troca de experiências com países que possuem modelos consolidados em mobilidade urbana, planejamento territorial e financiamento de grandes obras. “Vamos buscar cooperação técnica e institucional, mas também mostrar que São Paulo está pronto para receber investimentos sustentáveis e de longo prazo, com foco em eficiência, inclusão e desenvolvimento regional”, destaca Benini.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 17/06/2025

REGIÃO SUL - PORTONAVE REALIZA SÉTIMA OPERAÇÃO DE DESCARGA DE CAÇA DA FAB

Aeronave Gripen desembarcou após viagem de 21 dias da Suécia; transporte até o aeroporto teve apoio de forças de segurança locais

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Segundo a Portonave, o décimo caça F-39 Gripen veio de Norrköping, na Suécia, a bordo do navio Fagelgracht, do armador Spliethoff, em uma viagem que levou ao todo 21 dias

A Portonave, terminal portuário de Navegantes, em Santa Catarina, realizou a sétima operação de descarregamento de uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB). Na última sexta-feira (13), o décimo caça F-39 Gripen desembarcou no terminal portuário catarinense.

Segundo a Portonave, a aeronave veio de Norrköping, na Suécia, a bordo do navio Fagelgracht, do armador Spliethoff, que recebeu autorização para atracar no porto na quinta-feira (12). A viagem até Navegantes levou ao todo 21 dias.

A operação de descarga do caça foi realizada de modo eficiente pela equipe da companhia, com duração de cerca de 1h30. Após a descarga, o caça foi transportado até o Aeroporto Internacional de Navegantes por terra. O deslocamento é de pouco mais de dois quilômetros, e contou com uma grande operação que envolveu os órgãos de segurança do município para garantir agilidade no traslado.

Esta foi a sétima operação de descarga de caça F-39 Gripen pela Portonave. A companhia destacou os diversos procedimentos que foram realizados para garantir o sucesso da operação, entre eles: recebimento e segregação do caça em um local específico no cais, controle de acesso de pessoas com protocolos reforçados e integração e planejamento logístico com a FAB e órgãos de trânsito e de segurança pública locais.

A primeira aeronave foi desembarcada pelo terminal portuário em 2020, e as demais de 2022 a 2024.

Características

A aeronave representa um importante salto qualitativo e tecnológico para o aumento da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira, pois é reconhecida pela eficiência, baixo custo de operação, elevada disponibilidade e tecnologia avançada. O F-39 Gripen é fabricado pela Saab, empresa sueca líder no segmento de defesa e segurança.

O caça faz parte do Programa Gripen Brasileiro, uma parceria entre o Brasil e a Suécia que teve início em 2015, após a efetivação do contrato com a FAB, com o objetivo de desenvolver e produzir caças de última geração para a FAB. O contrato também oferece suporte logístico, sistemas e equipamentos relacionados, treinamento, armamentos e um acordo de cooperação industrial que se tornou o maior programa de transferência de tecnologia já feito pela Saab.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 17/06/2025

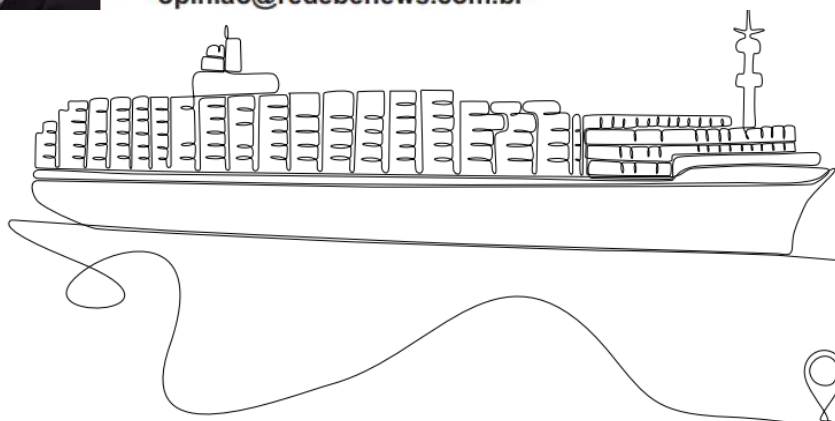
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO: RESPOSTAS (JÁ) DADAS PARA DÚVIDAS RECORRENTES



FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secretário-executivo do Ministério dos Transportes

opinião@redebeneews.com.br



Mais que uma mera ideia, a expansão do Porto de São Sebastião (PSS) foi uma das obrigações do convênio de delegação da União para o Estado de São Paulo, firmado em 15/JUN/2007.

Em seu cumprimento, foi elaborado o Plano Integrado Porto-Cidade (PIPC); um estudo de mercado pelo Ilos, em parceria com a consultoria do Porto de Hamburgo (Alemanha); o projeto de engenharia (funcional avançado) pela Planave; e o EIA-RIMA pela CPEA.

Além das contribuições técnicas das conceituadas instituições, também o processo de desenvolvimento do plano/projeto contou com elementos não habituais: quando em setembro de 2009, foi protocolado no Ibama o EIA/RIMA, já da sua Versão-37 (bem distinta da inicial, do final de 2007 – pg. 14-17), já haviam sido realizadas 152 reuniões com a comunidade da região (sendo 22 de grande porte). Até a emissão da licença prévia (LP), no final de 2013, diversas outras ocorreram, além das duas longas (mais de 6 horas de duração) e concorridas (mais de 1.000 participantes,

cada) audiências públicas, conduzidas pelo Ibama em dezembro de 2011: em São Sebastião e Ilhabela.

As perguntas feitas ao longo desses eventos (45 identificados: pg. 42-43), com públicos tão distintos e preocupações tão diversas, foram catalogadas. Trinta das mais frequentes foram selecionadas e constam do EIA-RIMA de 15 anos atrás (pg. 44-45).

Como muitas dessas questões voltam a ser levantadas, possivelmente por desconhecimento daquele processo, um resgate delas pode ser útil para as discussões e análises atuais. A seguir um sumário, mantida numeração original:

- 1) A ampliação do PSS é mesmo necessária? Sim. O projeto de desenvolvimento do PSS é a efetivação de uma secular vocação portuária. É uma eficaz alternativa para enfrentamento dos gargalos portuários existentes na região sul/sudeste, redução de emissões e de acidentes de trânsito decorrentes do alongamento desnecessário dos trajetos. É, assim, simultaneamente, uma solução logística e ambiental. ... Além disso, ele está situado a apenas 100 km de um estratégico entroncamento que reúne quatro das melhores rodovias brasileiras, duas ferrovias e um TAV (Trem de Alta Velocidade) em projeto, e um aeroporto com pista de 3 mil m. Tudo isso numa região densamente industrializada e com fortes vínculos com o mercado internacional: o Vale do Paraíba....
- 2) As cargas a serem movimentadas ... não poderiam ser atendidas por outros portos)? Sim. Só que com prejuízos logísticos, econômicos e ambientais. As cargas da sua área de influência... seguirão tendo que percorrer distâncias três, cinco ou mais vezes de/para os portos vizinhos. Haveria impactos ambientais negativos, decorrentes do maior consumo de combustível, mais poluição, maiores riscos de acidentes nas estradas e sobrecargas desnecessárias no trânsito das regiões urbanas/metropolitanas percorridas.
- 3) Os pescadores não vão ficar sem condições de trabalhar? E os catadores de conchas e berbigões? Não: a pesca não deverá sofrer impacto significativo pela ampliação do PSS. A construção do porto sobre estacas, sem aterro, será realizada justamente para preservar os animais do local, permitindo que os peixes vivam e se reproduzam ali e que a coleta de conchas e berbigões nas praias seja mantida. O uso tradicional da enseada, por pescadores locais e de Ilhabela, também será mantido e estimulado pela construção (pela Docas) de um píer com a infraestrutura necessária aos barcos de pesca artesanal, atendendo reivindicação dos próprios pescadores.
- 4) São Sebastião vai virar um novo Macaé? Não. Macaé teve que pagar um alto preço por seu pioneirismo. Mas várias lições foram ali aprendidas e estão sendo postas em prática no projeto de SS: Planejamento global, articulação porto-acessos, licenciamento ambiental do empreendimento e, principalmente, articulação Porto-Cidade.
- 5) A ampliação do PSS vai exigir desapropriações? Não, pois a infraestrutura do porto será construída sobre áreas próprias ou atualmente não ocupadas.
- 6) A expansão do PSS não vai aumentar o tráfico de drogas e a prostituição? Dificilmente: Em relação às tripulações, que têm diminuído nos navios atuais, o desembarque delas é cada vez menor nos portos modernos (como será São Sebastião). Isso ocorre em função do aumento da velocidade de movimentação de cargas. No entanto, a questão da criminalidade requer atenção e cuidados articulados de todas as autoridades competentes e da sociedade.
- 7) A ampliação do PSS vai acabar com o turismo no Litoral Norte? Não. Em todo mundo, portos são, normalmente, aliados do turismo. O esperado é justamente o oposto: a implantação de um terminal marítimo de passageiros (destinado a receber cruzeiros), do píer público destinado à pesca, de um museu-escola, etc. deverá até contribuir para organizar melhor e alavancar a atividade turística na região.

- 8) A expansão do PSS vai criar um paredão de navios no canal? Não. Não há nem como, nem por quê. O Canal de São Sebastião é frequentado, há quase meio século, por navios de grande porte (de até 400 mil toneladas): foram mais de 800 em 2008; parte de um fluxo total de 5.600 embarcações. Isso, num canal cuja largura mínima é 2 km (oito vezes maior que a entrada do Porto de Santos), causa impactos visuais muito pequenos....
- 9) O tráfego de veleiros e iates ficará comprometido pelo aumento do tráfego de navios? Não. As rotas são essencialmente distintas e há normas de segurança específicas.
- 10) O aumento do tráfego de navios não vai interferir na circulação dos ventos e, com isso, os esportes náuticos serão duplamente prejudicados? Não. Este impacto não ocorrerá e não haverá prejuízo a esportes que se utilizam direta ou indiretamente dos ventos. Os navios possuem tamanhos e velocidades que são insuficientes para ocasionar alterações na circulação desses ventos de superfície.
- 11) O aumento da circulação de caminhões vai piorar o trânsito nas ruas de São Sebastião? Não. Aliás, quando a nova estrada do contorno estiver pronta, os caminhões não mais circularão pelas ruas da cidade: eles sairão da estrada e entrarão direto no porto...
- 12) O aumento do tráfego de caminhões vai aumentar a poluição e gerar chuva ácida, principalmente na serra? Não. Nos níveis previstos de emissão, e em termos locais/regionais, não existem condições para acúmulo de poluentes e formação da chuva ácida, em função das boas condições de ventilação e dispersão das emissões...
- 13) O método construtivo prevê lajes sobre estacas. A falta de luz não será prejudicial à fauna aquática? Não. As análises técnicas do EIA indicam que esse impacto será de pequena magnitude. Por outro lado, as estacas de sustentação terão um efeito positivo para a fixação e refúgio de diversos organismos podendo, inclusive, ocorrer um aumento da biodiversidade local a médio e longo prazo.
- 14) As pilhas de contêineres não vão comprometer o visual de Ilhabela? Não. A visibilidade do PSS, para quem está em Ilhabela, já é e continuará sendo muito reduzida, mesmo já considerando os projetos portuários totalmente implantados. A visibilidade desses contêineres de Ilhabela será bastante difícil, mesmo em seu empilhamento máximo (altura de cerca de 12 metros).

Este é, apenas, um sumário de uma seleção das perguntas efetivamente feitas nas reuniões com a comunidade: respostas completas e as demais perguntas e respostas podem ser consultadas no EIA/RIMA disponível no site do Porto (pg. 44-45).

Ao revisitar os arquivos de uma década e meia atrás, chama atenção que temas hoje correntes, como “restrição de capacidade”, gargalos logísticos, conflitos urbanos, sustentabilidade (em suas diversas facetas) já serem objeto de atenção, e de tratamento nos planos, projetos e na condução do processo.

Para um país acusado de não ter memória, isso é um alento, não?

QUANDO EM SETEMBRO DE 2009, FOI PROTOCOLADO NO IBAMA O EIA/RIMA, JÁ DA SUA VERSÃO-37 (BEM DISTINTA DA INICIAL, DO FINAL DE 2007 – PG. 14-17), JÁ HAVIAM SIDO REALIZADAS 152 REUNIÕES COM A COMUNIDADE DA REGIÃO (SEND O 22 DE GRANDE PORTE)



JORNAL O GLOBO – RJ

GS INIMA E ACCIONA VENCEM LEILÃO DE SANEAMENTO EM 43 CIDADES DO ESPÍRITO SANTO

Investimento previsto ao longo de 25 anos do contrato é de R\$ 7 bilhões

Por João Sorima Neto — São Paulo



Leilão de saneamento em 43 cidades do Espírito Santo teve como vencedores GS Inima e Acciona — Foto: Governo do estado

O consórcio GS Inima-Forte Ambiental e a empresa Acciona venceram o leilão para coleta e tratamento de esgoto em 43 municípios do Espírito Santo promovido pelo governo daquele estado e pela Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan). O investimento previsto é de quase R\$ 7 bilhões ao longo do contrato. O certame aconteceu nesta terça na B3, em São Paulo, e deverá beneficiar 1,18 milhão de

capixabas.

A GS Inima venceu o bloco 1 oferecendo um desconto de 25,32% sobre a contraprestação que a estatal vai pagar à concessionária. O bloco contempla a capital Vitória e mais 34 municípios. Tem previsão de aporte de R\$ 1,08 bilhão em investimentos e R\$ 3,85 bilhões em custos operacionais ao longo de 25 anos.

— Vamos continuar a parceria com o governo do Espírito Santo — disse o CEO da GS Inima, Paulo Roberto de Oliveira, lembrando que a empresa venceu o leilão para a construção de uma estação de produção de água de reúso (Epar) para a ArcelorMittal Tubarão, no Espírito Santo, como parte de um investimento de R\$ 240 milhões.

A Acciona venceu o bloco 2, oferecendo desconto de 13,88% sobre a contraprestação. O bloco abrange os municípios de Anchieta, Afonso Cláudio, Castelo, Guarapari, Ibatiba, Itapemirim, Iúna e Viana, com investimentos de R\$ 399,6 milhões e custos operacionais de R\$ 1,39 bilhão, com contrato de duração de 23 anos.

— Ganhamos a PPP da Sanepar e estudamos muito para fazer uma proposta competitiva no Espírito Santo. Sabemos o valor que é necessário de investimento em saneamento para chegar à meta de universalização no país. Existem muitas oportunidades e a Acciona pode contribuir como empresa que aposta na infraestrutura — disse André de Angelo, CEO da Acciona Brasil.

No Lote 1, o valor máximo de pagamento pela Cesan à concessionária é calculado em R\$ 4,9 bilhões e no lote 2, R\$ 2,1 bilhões ao longo de todo o contrato. A Aegea, que já atua no estado, também participou do leilão, mas teve o lance superado pelas concorrentes.

Segundo a Cesan, o leilão visa a ampliação da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, sem impacto na atual tarifa de água e esgoto praticada pela Cesan. A concessionária vencedora terá que construir 39 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), 219 Estações Elevatórias de Esgoto (EEE) e implantar 1.200 quilômetros de redes coletoras.

Atualmente, as operações da Serra, de Vila Velha e Cariacica já são feitas via Parcerias Público Privadas (PPPs), todas elas tendo a Aegea à frente. Com mais estas parcerias, a expectativa do governo é que o estado atinja a universalização dos serviços até 2033.

— Já temos Parcerias Público-Privadas em andamento nos municípios de Serra, Cariacica e Vila Velha, e agora vamos expandir esse modelo de sucesso. Universalizar o saneamento é garantir saúde, dignidade e qualidade de vida para todos os capixabas — disse o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB).

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/06/2025

SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA RECUA PUXADO POR QUEDA DE EXPORTAÇÕES PARA CHINA. NADA A VER COM O TARIFAÇO. ENTENDA

Por Luciana Casemiro

Exportações do Brasil para a China tiveram queda e a principal razão foi o atraso na colheita de soja — Foto: AFP



O superávit acumulado pela balança comercial brasileira nos cinco primeiros meses deste ano é R\$ 10,8 bilhões menor do que o acumulado no mesmo período do ano passado: R\$ 24,4 bilhões ante R\$ 35,2 bilhões. Essa queda é puxada pela redução do saldo comercial do Brasil com a China, que passou de US\$ 18,6 bilhões, de janeiro a maio de 2024, para US\$ 8,3 bilhões. Houve ainda uma contribuição para esse resultado do aumento do déficit com os Estados Unidos que saiu de US\$ 226 milhões, no ano passado, para US\$ 1,04 bilhões. O primeiro impulso é atribuir esse movimento à guerra tarifária declarada

por Donald Trump e toda a incerteza que tem causado a economia global. Mas esse não foi o fator decisivo, explica a economista Lia Valls, responsável pelo Indicador de Comércio Exterior (Icomex) do FGV Ibre.

- Em relação à China, o que afetou a balança brasileira foi o fato de as exportações de soja terem atrasado. O impacto específico sobre as exportações brasileiras ainda não é claro. As exportações do Brasil caem, exceto para Argentina. A antecipação das importações pelos EUA parece não ter impulsionado as exportações brasileiras. Nesse cenário, a valorização do real não ajuda no resultado da balança comercial - explica.

O cenário para o comércio mundial continua incerto, mesmo com o acordo entre a China e os Estados Unidos, agravado com o conflito entre Irã e Israel. No caso do Brasil, os dados mostram que até o momento as exportações dos principais produtos siderúrgicos para os Estados Unidos não experimentaram queda.

A economista diz que nas transações com os Estados Unidos não está claro se será possível um acordo em torno de redução de tarifas, o que, avalia, vai depender de uma revisão da posição em relação ao protecionismo da siderurgia que teve as tarifas elevadas em 50% em relação a todos os parceiros, exceto o Reino Unido. Lia chama atenção para o fato de que, em termos de quilograma líquido, os semimanufaturados de ferro e aço, o segundo principal produto da pauta de exportação brasileira para os EUA, aumentaram em maio em 32% volume e em 5,6% em valor. Na comparação do acumulado do ano até maio, o aumento em valor foi de 7,3%.

- Os exportadores brasileiros podem estar reduzindo as suas margens de lucro e também negociando com os importadores para repartirem o ônus da tarifa. Observa-se, porém, que os dados de maio ainda não incorporam as tarifas de 50% - pondera Lia Valls.

Ela destaca ainda a alta de 55,4% do volume exportado para a Argentina, ao se comparar o acumulado até maio deste ano em relação ao montante do ano passado. A balança comercial, que era deficitária para o Brasil, agora totaliza um superávit de US\$ 2,4 bilhões. A melhora da economia dos hermanos explica esse movimento.

- Esse aumento de exportação para a Argentina está focado no crescimento das vendas do setor automotivo. A variação em valor das exportações de automóveis foi 169% - ressalta a economista.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/06/2025

'TENHO CERTEZA QUE IBAMA VAI AGILIZAR LICENCIAMENTOS', DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA APÓS LEILÃO DE BLOCOS NA MARGEM EQUATORIAL

Foram arrematados 19 blocos de exploração na região em certame realizado nesta terça pela Agência Nacional de Petróleo (ANP)

Por Bernardo Lima — Brasília



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, durante evento — Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil/17-12-2024

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou nesta terça-feira que “tem certeza” que Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vai agilizar os licenciamentos de exploração da Foz do Amazonas, após leilão de petróleo que incluiu arremate de 19 blocos na região.

Silveira comemorou o resultado do leilão realizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) nesta terça-feira. O certame arrecadou R\$ 989,26 milhões em bônus exploratório. Ao todo, 34 dos 172 blocos em oferta foram arrematados por empresas do setor.

— Não podemos continuar a perder oportunidades. Interesse das norte-americanas, Chevron e Exxon, que já operam na Guiana, demonstra que nosso potencial é gigantesco. Tenho certeza de que o Ibama vai agilizar os licenciamentos lá a partir da autorização da Petrobras — disse o ministro.

Em maio, o Ibama aprovou o plano de proteção à fauna, apresentado pela Petrobras como parte do Plano de Emergência Individual (PEI) para a atividade de pesquisa marítima em um bloco da Bacia da Foz do Amazonas, no Amapá, na Margem Equatorial. Com isso, a estatal agora faz vistorias e simulados na região onde quer pesquisar novas reservas de petróleo.

No leilão desta terça foram ofertados 63 blocos Margem Equatorial, com 19 deles arrematados, todos na Bacia da Foz do Amazonas.

Nove empresas apresentaram propostas e levaram blocos durante o leilão. A Petrobras liderou o trâmite, em grande parte dos lances, em consórcio com a ExxonMobil.

O ministro de Minas e Energia destacou a contribuição da arrecadação do leilão para as contas do governo.

— O resultado vai nos ajudar na arrecadação, ajudando na melhoria das contas públicas. Quase 1 bilhão que não estava previsto para este ano. Isso auxilia o governo a evitar cortes maiores no orçamento, que teriam impacto para saúde e educação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/06/2025

PETROBRAS ASSINA CONTRATOS DE R\$ 4,9 BI PARA AMPLIAR REFINARIA ABREU E LIMA, ALVO DA LAVA-JATO

Obras serão feitas por empresa do grupo Andrade Gutierrez, que foi investigada pela operação. Previsão é que sejam concluídas até 2029

De O Globo - RJ



Petrobras vai ampliar Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco: unidade será a segunda maior da empresa em capacidade de processamento de petróleo — Foto: Divulgação

A Petrobras assinou os três primeiros contratos para a conclusão das obras da refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, paralisadas após as investigações da Operação Lava-Jato, que revelaram um esquema de corrupção em obras da unidade. O valor dos contratos é de R\$ 4,9 bilhões.

Eles foram assinados com a Consag Engenharia, do grupo Andrade Gutierrez, um dos alvos da investigação e são relativos à conclusão da construção do trem 2 da refinaria, em Pernambuco.

"A decisão foi submetida à aprovação pelas instâncias competentes, em conformidade com os procedimentos de governança da companhia", disse a Petrobras em comunicado nesta segunda-feira.

As obras contemplam a implementação da Unidade de Coqueamento Retardado (UCR), da Unidade de Hidrotratamento de Diesel S10 (UHDT-D) e da Unidade de Destilação Atmosférica (UDA).

O valor já está previsto no Plano de Negócios 2025-2029. A conclusão do projeto contará ainda com outros pacotes de serviços, que se encontram em processo de licitação.

A previsão é que as unidades entrem em operação em 2029, permitindo dobrar a capacidade instalada da refinaria, passando dos atuais 130 mil barris/dia para 260 mil barris/dia, tornando-se assim a segunda maior refinaria da Petrobras em capacidade de processamento de petróleo.

PDVSA desistiu da refinaria

A Rnest foi concebida ainda na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e contava originalmente com a participação da venezuelana PDVSA, que anos mais tarde desistiu do projeto.

Em 2005, o orçamento inicial previsto era de US\$ 2,3 bilhões. Nove anos depois, a Rnest já havia consumido quase US\$ 20 bilhões.

A primeira unidade de refino de Abreu e Lima entrou em operação no fim de 2014. O projeto original previa uma segunda unidade, mas esta foi descartada em 2015. Na gestão de Jair Bolsonaro a estatal colocou a Rnest à venda junto com outras sete refinarias. Mas não houve interessados.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/06/2025

GOVERNO QUER GANHAR TEMPO PARA NEGOCIAR MEDIDAS DE PACOTE DE HADDAD APÓS DERROTA EM APROVAÇÃO DE URGÊNCIA

Planalto quer agora evitar ao máximo que o mérito do projeto seja levado ao plenário

Por Jeniffer Gularte — Brasília



Os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

O Palácio do Planalto trabalha para ganhar tempo para negociar as medidas do pacote fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após o revés na aprovação do requerimento de urgência para um projeto que cancela o decreto do governo que aumenta o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Sem mérito: Veja como votou cada deputado na urgência para o projeto que derruba decreto do IOF. Com a derrota da votação de urgência já precificada, o governo quer agora evitar ao máximo que o mérito do projeto seja levado ao plenário, enquanto tentará trabalhar para diminuir a tensão contrárias às medidas compensatórias ao IOF apresentadas pela Fazenda que preveem aumento de impostos. Os parlamentares têm criticado as medidas enquanto pressionam o Planalto para acelerar o ritmo na liberação de emendas.

O decreto do IOF prevê uma arrecadação de cerca de R\$ 6 bilhões. Já a medida provisória seriam cerca de R\$ 10 bilhões neste ano e R\$ 20 bilhões no próximo. Essa medida determina a taxação de títulos como Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agro (LCA), hoje isentos.

Integrantes do governo e parlamentares petistas afirmam que há espaço para fazer adequações nas medidas apresentadas por Haddad que tornem o texto mais palatável ao Congresso. O pré-acordo neste sentido foi costurado em conversa entre os ministros da Casa Civil, Rui Costa e de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, com presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) na tarde desta segunda-feira.

Em viagem ao Canadá para a Cúpula do G7, presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez contato com o Palácio do Planalto assim que pousou em Calgary para buscar informações sobre a votação e os últimos passos da negociação.

Na noite desta segunda-feira, a Câmara aprovou por 346 a 97 o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que susta os efeitos do novo decreto do governo que trata de aumento do IOF. O governo estima arrecadar cerca de R\$ 6 bilhões a R\$ 7 milhões com o decreto. No Planalto, já era esperada uma votação superior a 300 votos favorável ao requerimento de urgência.

A urgência acelera a votação do projeto, que agora pode ser pautado direto em plenário, sem passar pelas comissões. Apesar disso, não há previsão de quando o mérito deverá ser votado. Havia uma movimentação de parte da Câmara para que o mérito fosse votado hoje, logo após a aprovação da urgência, o que não ocorreu.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse que a votação da urgência não cessa a eficácia do novo decreto sobre alíquotas do imposto "nem abala a confiança do governo no diálogo com o Legislativo".

"Quanto mais debate houver sobre taxação de bets, dos investimentos financeiros incentivados e outras distorções tributárias mais avançaremos no rumo da justiça fiscal e social e na construção conjunta de alternativas, no interesse do país", disse, nas redes sociais.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 17/06/2025

CEOS VEEM AMBIENTE POLÍTICO E INSEGURANÇA JURÍDICA COMO DESAFIOS

Vencedores do prêmio 'Executivo de Valor' miram o longo prazo, mas de olho em juros, inflação e cenário global

De **O Globo - RJ**



Cerimônia de premiação dos Executivos de Valor: de 25 eleitos, 13 ganharam pela primeira vez — Foto: Rogério Vieira/Valor

Entre tantos elementos do cenário da economia brasileira, para os 25 líderes que receberam ontem o prêmio “Executivo de Valor”, um fator desponta com maior destaque entre os desafios para o bom desempenho das empresas: os juros elevados. Também entram na lista das principais preocupações inflação, câmbio, ambiente político e insegurança jurídica.

Apesar da cautela em relação ao cenário, boa parte das companhias olha para um horizonte mais longo e pretende manter os investimentos planejados. Para algumas delas, porém, os planos de crescimento dependem ainda dos processos de desalavancagem em curso.

Ao abrir o evento, realizado no hotel Rosewood, em São Paulo, o diretor-geral da Editora Globo e Sistema Globo de Rádio, Frederic Kachar, afirmou que é preciso avançar na pauta da diversificação de lideranças:

— Dos 25 premiados, 13 estão ganhando pela primeira vez, o que mostra como o mercado é dinâmico. Em termos de diversidade, tivemos um bom avanço da presença feminina nos últimos anos, mas desde 2023 estamos um pouco estagnados — afirmou. — Precisamos trabalhar na pauta de diversificação, em um trabalho estruturante de desenvolvimento dessas lideranças.

Por 346 a 97: Câmara pressiona governo e aprova urgência para projeto que derruba decreto do IOF
Para a diretora de Redação do Valor, Maria Fernanda Delmas, em tempos acelerados as empresas têm uma responsabilidade social e ambiental imensa:

— Uma empresa só vai ser longa e contribuir com a sociedade se as pessoas que passarem por ela tiverem consciência dessa responsabilidade e usarem seu poder pra fazer as transformações necessárias.

A diretora de Redação do Valor lembrou que já foram premiados 252 líderes em 25 edições, mas que os eleitos e eleitas deste ano talvez enfrentem as transformações mais velozes:

— Incertezas geopolíticas, a avalanche da inteligência artificial, emergências climáticas, tudo isso com efeitos muito definitivos nos negócios.

Custo de capital

O caminho para levar os juros básicos a um patamar menos restritivo, na avaliação de Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú Unibanco, passa pela questão fiscal. Segundo o executivo, ao conseguir lidar com a sustentabilidade da dívida pública, o Brasil também estará em posição para atrair mais investimentos, tanto externos quanto de empresas locais:

— Acho que tem muita oportunidade para o Brasil, e a gente precisa aproveitar muito bem essa janela.

Daniel Slaviero, CEO da Copel, faz leitura similar:

— O alto custo de capital é sempre um ponto de preocupação, mas acredito que a alta dos juros possa estar perto do pico — afirma. — Com uma melhora da questão fiscal, podemos começar a ver uma queda no médio prazo.

A conta da alta taxa de juros tende a chegar logo, na visão de Belmiro Gomes, presidente do Assaí. Ele avalia que esse é um dos maiores riscos para empresas e investimentos. A pressão maior nas dívidas corporativas, diz, leva a um impacto sobre o consumidor.

E acrescenta que a classe mais baixa, já penalizada pelos efeitos nocivos da inflação, acaba sentindo o impacto no crédito. O Assaí decidiu rever alguns investimentos e tem focado numa alocação mais disciplinada de capital desde 2024.

O custo do capital é uma fonte de inquietação para Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo, CEO da incorporadora Direcional:

— Está extremamente alto, e isso inviabiliza grande parte dos negócios que são vitais em qualquer economia — diz.

Ele defende que os juros subam quando é preciso conter a inflação, mas só “pelo menor período possível”, porque as consequências são sérias e demoram para ser revertidas. Há um forte impacto na disponibilidade de crédito para financiar a construção e a aquisição da casa própria.

As preocupações se espalham por diferentes setores. Bruno Lasansky, CEO da Localiza & Co., considera que a alta dos juros é o principal desafio para as empresas que atuam em mobilidade urbana, com impacto na disponibilidade e custo do crédito. Indagado sobre a saída, diz:

— Manter o foco na disciplina de alocação dos recursos e no retorno sobre os investimentos. Se o preço do dinheiro aumenta, você precisa aumentar o retorno com mais eficiência na geração da receita e no controle de custos.

Mas Lasansky vê oportunidade para crescer na locação de frotas, já que o custo de funding das empresas aumentou. Segundo o CEO, a Localiza deve manter investimentos robustos neste ano.

Embates ideológicos

Fabio Faccio, diretor-presidente da Renner, empresa que acabou de completar 60 anos, lembra que o varejo de moda vem tendo boa performance, mas adverte que “juros altos e inflação não são cenário positivo para ninguém”. Ele destaca a importância de a Renner não ter dívida.

Jeane Tsutsui, presidente do Grupo Fleury, enfatiza que a hora não é boa para empresas estarem endividadas:

— Para um momento de juros altos, estamos pouco alavancados. Fizemos gestão muito boa da dívida no ano passado e estamos muito bem adaptados ao momento.

Além dos juros, a inflação fora da meta do Banco Central é apontada como foco de atenção por Rafael Vasto, CEO da Daki — que, com apenas quatro anos de existência, já se transformou em unicórnio com supermercados on-line:

— Quando se pega um cenário de inflação elevada ou, na outra ponta, de Selic a 14,75%, isso acaba impactando a forma como fazemos negócios, como um varejo que compra e vende produtos.

Roberto Valério, presidente da Cogna, maior companhia de educação do país, tem preocupação similar:

— Será que o aumento de juros e inflação mais alta vão tirar capacidade de compra das famílias e haverá menos gastos com educação?

Junto com a inflação, Eduardo del Giglio, CEO da Caju, startup de tecnologia em recursos humanos, e Ana Sanches, presidente da Anglo American no Brasil, põem no radar o quadro de insegurança jurídica transmitido pelo país.

— Mudanças regulatórias estão sendo discutidas a todo momento — diz Del Giglio.

Raquel Reis, CEO de Saúde & Odonto da SulAmérica Seguros, vai além. Os intensos embates ideológicos que já se estendem por mais de uma década são parte de problema mais profundo, que impede a construção de uma agenda econômica clara e apartidária.

— Há diversos países do mundo que sabem aonde têm que chegar, quais as principais agendas e desafios. Pode entrar um partido de direita ou de esquerda que o sentido para o qual tem que ir não muda. O Brasil ainda tem dificuldade de se posicionar dessa forma.

Christian Gebara, CEO da Telefônica Vivo, põe a debilidade do real como um dos grandes percalços a enfrentar:

— O que impacta mais é o câmbio: um dólar a R\$ 6 afeta diretamente os preços dos produtos que vendemos.

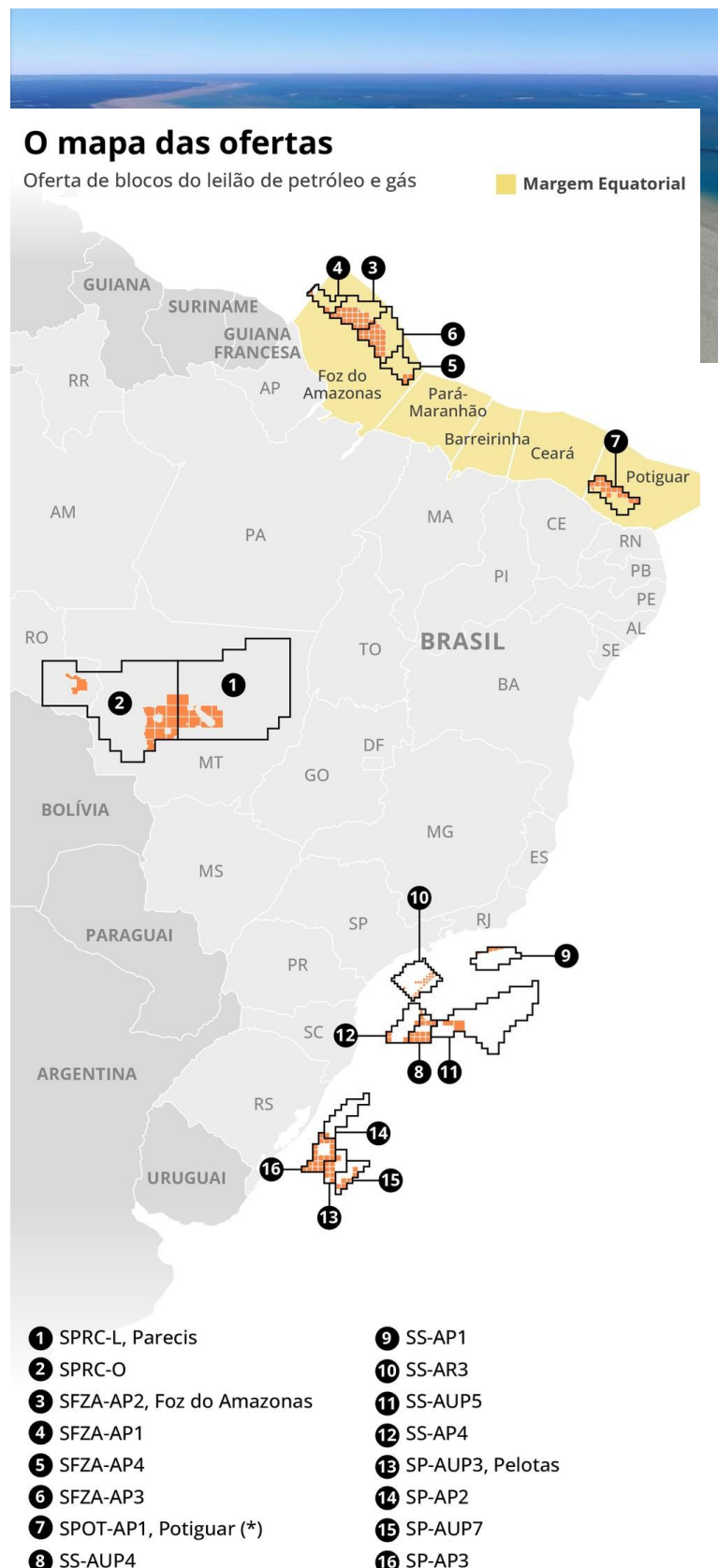
O prêmio “Executivo de Valor” 2025 tem patrocínio master de ArcelorMittal, Care Plus, Cemig e Zeekr (carro oficial do evento), além do apoio de Gol, Febraban, Rosewood Hotel São Paulo e Eletromidia.

Conheça os ganhadores do prêmio "Executivos de Valor"

- **Indústria Química e Petroquímica:** Daniela Manique, presidente da Solvay-Rhodia para a América Latina
- **Energia:** Daniel Slaviero, presidente da Copel
- **Agronegócio:** Carlos Hentschke, presidente da Syngenta Seeds Brasil
- **Educação:** Roberto Valério, CEO da Cognia
- **Comércio:** Belmiro Gomes, diretor-presidente do Assaí
- **Bens de Consumo:** Mauricio Giamellaro, CEO da Heineken Brasil
- **Indústria da Moda:** Fabio Faccio, CEO da Lojas Renner
- **Indústria da Construção:** Ricardo Gontijo, CEO da Direcional
- **Infraestrutura:** Radamés Casseb, CEO da Aegea Saneamento
- **Máquinas e Equipamentos:** Paulo Alvarenga, CEO da thyssenkrupp na América do Sul
- **Logística e Transporte:** Bruno Lasansky, CEO da Localiza&-Co.
- **Mineração e Metalurgia:** Ana Sanches, presidente da Anglo American no Brasil
- **Papel, Papelão e Celulose:** Cristiano Teixeira, diretor-geral da Klabin
- **Seguros e Previdência:** Raquel Reis, CEO de Saúde e Odonto da SulAmérica Seguros
- **Saúde:** Jeane Tsutsui, CEO do grupo Fleury
- **Serviços Digitais:** Fernando Yunes, vice-presidente sênior e líder do Mercado Livre no Brasil
- **Serviços:** Ricardo Neves, CEO da NTT Data
- **Serviços Financeiros:** Milton Maluhy Filho, CEO do Itaú Unibanco
- **TI & Telecom:** Christian Gebara, CEO da Telefônica Vivo
- **Veículos e Peças:** Francisco Gomes Neto, CEO da Embraer
- **Destaque Presidente de Conselho de Administração até abril de 2025:** Alexandre Gonçalves Silva, Embraer
- **Destaque Startup de Sucesso:** Eduardo del Giglio, CEO da Caju
- **Destaque Jovem Liderança:** Rafael Vasto, CEO da Daki
- **Destaque Média Empresa:** Tatiana Marinho, sócia e CEO da Gana
- **Destaque Empreendedorismo Social:** Alcione Albanesi, presidente e fundadora da Amigos do Bem

ANP FAZ LEILÃO HOJE COM 63 BLOCOS NA MARGEM EQUATORIAL; AMBIENTALISTAS E MPF TENTAM SUSPENDER LICITAÇÃO

Certame vai oferecer, no total, 172 blocos para exploração de petróleo e gás no país
Por Glauce Cavalcanti — Rio de Janeiro



Blocos na Margem Equatorial entram na oferta do leilão realizado pela ANP no Rio de Janeiro nesta terça-feira — Foto: Reprodução / Google maps

Em meio a críticas ambientais e ações judiciais, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realiza nesta terça-feira, no Rio de Janeiro, um leilão de 172 blocos para exploração de petróleo e gás no país, pouco mais da metade dos 332 disponíveis no início da consulta pública. Dos que foram mantidos no edital, 63 estão localizados na Margem Equatorial, incluindo 47 na Foz do Amazonas.

O Ministério Público Federal do Pará está entre as entidades que recorreram à Justiça pedindo a suspensão do certame, argumentando que faltam estudos para ofertar áreas onde nunca houve exploração de óleo e gás. Mesmo diante da acelerada transição energética global e a poucos meses da COP-30 no país, o governo brasileiro tem voltado esforços para ampliar a produção de combustíveis fósseis.

O ponto central desse processo — e dos debates entre petroleiras e ambientalistas — é a chamada Margem Equatorial, que se estende pelo litoral do país entre o Rio Grande do Norte e o Amapá, é considerada a nova fronteira do petróleo brasileiro, com reservas potenciais de 10 bilhões de barris. A região guarda, porém, um ecossistema marinho suscetível a danos em caso de vazamento de óleo.

É endereço da Bacia da Foz do Amazonas, onde a Petrobras espera pelo aval do Ibama para perfurar seu primeiro poço na região. No mês passado, o órgão ambiental aprovou o conceito do plano de proteção à fauna oleada apresentado pela Petrobras a ser aplicado em caso de acidentes, dentro do processo de licenciamento para a operação. Vem agora a etapa de vistorias e simulações.

— Foto: Editoria de Arte

Redução da oferta disponível

Os 172 blocos estão distribuídos em 16 setores de cinco bacias sedimentares: Foz do Amazonas, Potiguar, Santos e Pelotas, todas marítimas, e Parecis, em terra.

Há 31 empresas aptas a participar da disputa pelos blocos. No último dia 13, porém, a ANP afirmou que 12 companhias apresentaram declarações de interesse e garantias de oferta para esses setores em oferta.

Ao anunciar o cronograma do leilão, ainda em fevereiro, o Ministério de Minas e Energia (MME) alertou que 145 blocos poderiam ser excluídos do edital por contarem com manifestação ambiental da pasta e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que venceriam neste mês de junho. As bacias Tucano e Paraná (terrestres), que se encaixavam nesse caso, por exemplo, não estão no certame.

Juliano Bueno, diretor do Instituto Internacional Arayara, atuante na defesa do meio ambiente, alerta que na quarta-feira as notas conjuntas das duas pastas irão vencer.

— Quando da assinatura do contrato, a empresa contratante já não terá estudos válidos para o seu licenciamento. Isso nunca aconteceu antes — alerta ele, explicando que outras bacias ficaram de fora do leilão em razão da falta de interesse das empresas em áreas sensíveis, como ao sul de Abrolhos, na Bacia de Espírito Santo-Mucuri.

Na segunda-feira, a ANP afirmou ao GLOBO, em nota, que todos os blocos incluídos no leilão estão com as manifestações de MME e MMA válidas. E que são elaboradas “com base nos pareceres dos órgãos ambientais, Ibama e ICMBio, para áreas marítimas, e órgãos ambientais estaduais, para áreas terrestres”.

Questionamento na Justiça

Essa documentação, porém, não é o principal questionamento. Entidades do setor e organismos públicos e do terceiro setor tentam barrar o trâmite.

O Ministério Público Federal do Pará abriu uma ação na Justiça Federal, contra a União e a ANP, para impedir a oferta dos 47 blocos da Foz do Amazonas. Argumenta que o trâmite será realizado antes do cumprimento de “uma série de medidas previstas na legislação socioambiental”.

Também a Federação Única dos Petroleiros (FUC) e a Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobrás (Anapetro) iniciaram uma ação popular na Justiça no início deste mês com o mesmo foco.

O Arayara deu início a cinco ações civis públicas pedindo a exclusão de 118 blocos do leilão, sob o argumento de que a operação de exploração de óleo e gás nessas áreas colocam em risco territórios indígenas, áreas com alta sensibilidade ambiental ou unidades de conservação.

— No caso do Parecis, os blocos são sobrepostos a territórios indígenas. Nos da Costa Amazônica, que inclui a Foz, os estudos de ultrassensibilidade ambiental da região não permitem (exploração). Há uma inviabilidade ambiental técnica e operacional da atividade — explica Bueno. — E há blocos sobre a bacia sedimentar de Fernando de Noronha. A ANP não está seguindo critérios socioambientais estabelecidos.

Atratividade diante de conflitos no Oriente Médio

Diante dos crescentes conflitos no Oriente Médio, Bueno reconhece que oportunidades para exploração de petróleo e gás no Atlântico Sul passam a ser uma “gigantesca” oportunidade a investidores.

A Bacia Potiguar, avalia, pode atrair interesse mais intenso de grandes petroleiras, pela descoberta de petróleo em faixas sedimentares similares na África. Os blocos do extremo sul do país levariam vantagem por estarem distantes de áreas de conflitos geopolíticos regionais.

Ao todo, de acordo com o mapeamento da Arayara, há 131 blocos no leilão desta quarta-feira que se sobrepõem a Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha.

A ANP, por sua vez, frisa que todas as áreas que integram o leilão “estão em estrita conformidade com os critérios estabelecidos na Portaria Interministerial nº 01/2022, que veda a oferta de áreas sobrepostas a terras indígenas, quilombolas ou unidades de conservação”.

Acrescentou ainda que em blocos terrestres adequou o polígono de vários blocos, adotando áreas de “10 km em relação a terras indígenas homologadas e regularizadas por decreto presidencial e unidades de conservação” que integram o cadastro nacional.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 17/06/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TRUMP SE REÚNE COM ASSESSORES NA CASA BRANCA PARA DISCUTIR AÇÃO CONTRA IRÃ APÓS AMEAÇAR AIATOLÁ

Presidente americano deixou mais cedo a reunião do G-7, em meio a rumores de que os EUA poderiam auxiliar Israel nos ataques

Por Redação

WASHINGTON - O presidente americano, Donald Trump, fez nesta terça-feira, 17, uma série de ameaças e exigências ao governo do Irã por meio de sua conta na rede social Truth Social. O republicano pediu a “rendição incondicional” dos iranianos no conflito com Israel e deixou aberta a possibilidade de assassinar o aiatolá Ali Khamenei e disse que “a paciência americana está acabando”.

Em seguida, Trump se reuniu com assessores do Conselho de Segurança Nacional no começo da tarde na Sala de Situação da Casa Branca para discutir o confronto no Oriente Médio e um possível envolvimento americano na guerra. A reunião começou pouco depois das 15h (horário de Brasília) e não tem hora para terminar.

“Sabemos exatamente onde o ‘Líder Supremo’ está escondido. Ele é um alvo fácil, mas está seguro lá. Não vamos matá-lo, pelo menos não por enquanto”, escreveu Trump em sua plataforma Truth Social. Seus comentários ocorrem em um momento em que os Estados Unidos estão aumentando sua presença militar no Oriente Médio e o presidente precisa decidir se irá se envolver ou não no conflito.

“Mas não queremos mísseis disparados contra civis ou soldados americanos. Nossa paciência está se esgotando. Obrigado pela atenção neste assunto!”, acrescentou. Em seguida, escreveu: “RENDIÇÃO INCONDICIONAL!”.



Trump no Air Force One no retorno da reunião do G-7 no Canadá Foto: Mark Schiefelbein/AP

O presidente a todo momento se referiu aos esforços de guerra de Israel com a palavra “nós” — todas sugestões aparentes de que os Estados Unidos poderiam entrar na guerra contra o Irã.

Ele deixou mais cedo a reunião da G-7 na segunda-feira no Canadá, em meio ao agravamento do conflito e

rumores de que os EUA poderiam auxiliar Israel nos ataques ao programa nuclear iraniano.

Os comentários ocorreram em um momento em que Israel pressiona a Casa Branca a intervir militarmente no conflito com o Irã para pôr fim ao programa nuclear do país. O presidente americano há muito tempo se opõe ao envolvimento em guerras estrangeiras e expressou esperanças de um acordo negociado com o Irã.

Sua decisão imediata é se deve ou não utilizar a maior arma convencional dos EUA — o Massive Ordnance Penetrator de 13.660 kg, um bomba anti-bunker teleguiada — para atacar a instalação de enriquecimento nuclear mais profunda do Irã.

Embora Trump tenha sugerido que os Estados Unidos controlavam os céus iranianos, o único combatente visível tem sido Israel, que tem usado caças de fabricação americana. Autoridades israelenses afirmam que conseguiram destruir grande parte das defesas aéreas do Irã.

Mais cedo, Trump disse que buscava algo “melhor do que um cessar-fogo” entre Israel e Irã — “um fim real, não um cessar-fogo”. Em declarações a repórteres no Força Aérea Um, Trump disse que queria que o Irã desistisse, mas insistiu que Teerã abandonasse qualquer esforço para desenvolver armas nucleares. “Não estou muito a fim de negociar”, acrescentou.

Mobilização militar

Em meio à expectativa por alguma decisão de Trump, o Pentágono está ampliando sua presença militar no Oriente Médio.

Cerca de 20 aviões-tanque foram enviados dos Estados Unidos para a Europa no domingo e na segunda-feira, um movimento que as autoridades americanas associaram ao desejo dos comandantes de ter opções caso as instalações americanas próximas aos países em guerra enfrentem uma ameaça direta.

Dados de rastreamento de voos mostram que os aviões de reabastecimento, juntamente com alguns jatos de transporte pesado, decolaram de pontos nos Estados Unidos e pousaram horas depois em bases aéreas na Espanha, Grécia, Alemanha, Itália e Escócia. Entre eles estavam KC-135 Stratotankers e KC-46 Pegasus.



Pessoas em pé em um telhado em meio à fumaça que se espalha após um ataque israelense em Teerã, em 17 de junho de 2025 Foto: Atta Kenare/AFP

Pressão interna

Também em uma postagem nas redes sociais, o vice-presidente JD Vance deu a entender que os Estados Unidos poderiam intensificar seu envolvimento no conflito. Vance disse que o Irã não precisa de combustível nuclear enriquecido acima do nível necessário para energia comercial.

Trump, escreveu ele, “tem demonstrado notável moderação”, mas “pode decidir que precisa tomar medidas adicionais para acabar com o enriquecimento iraniano”. “Essa decisão cabe, em última instância, ao presidente”, escreveu Vance.

Ao mesmo tempo em que sinalizou a possibilidade de um envolvimento americano no conflito, Vance tentou amenizar a oposição de parte da base de apoio de Trump à entrada dos americanos na guerra.

“É claro que as pessoas têm razão em se preocupar com o envolvimento estrangeiro após os últimos 25 anos de política externa idiota”, um período que abrange o primeiro mandato de Trump e os

governos Bush, Obama e Biden. Mas, acrescentou, “acredito que o presidente conquistou alguma confiança nessa questão”

Politicamente, há oposição interna ao envolvimento americano no conflito e a oposição no Congresso já se mobiliza para dificultar a autorização para Trump entrar no conflito. / NYT E AFP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/06/2025

LEILÃO DE ÁREAS DE PETRÓLEO VENDE 34 BLOCOS, INCLUSIVE NA FOZ DO AMAZONAS, E ARRECADA R\$ 989 MILHÕES

Venda de áreas na região amazônica é alvo de protestos, por causa do risco ambiental; ágio total da negociação foi de 534,47%, com nove empresas participantes

Por Denise Luna (Broadcast) e Gabriela da Cunha (Broadcast)

Após um ano sem leilões de áreas de petróleo e gás natural no Brasil, o 5º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão (OPC) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), vendeu 34 blocos de 172 ofertados e arrecadou R\$ 989,2 milhões.

A venda inclui blocos localizados na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial, o que é um tema polêmico em razão do risco ambiental, com disputas políticas e judiciais.

A bacia da Foz do Amazonas é uma das cinco que compõem a Margem Equatorial brasileira, a última grande fronteira petrolífera no Brasil e considerada uma espécie de segundo pré-sal.

A Petrobras adquiriu áreas na foz em dois lances diferentes. O leilão é feito em partes e divide as regiões que são negociadas de cada vez.

Um dos consórcios da Petrobras foi formado com a Exxon e adquiriu a concessão de dois blocos da bacia da Foz do Amazonas por R\$ 10,5 milhões.

O consórcio Petrobras/Exxon prevê investimentos mínimos de R\$ 109,8 mi nos 2 blocos da Foz.



Segundo a ANP, para garantir que a exploração ocorra de forma sustentável, foram aprovados critérios adicionais no leilão de áreas de petróleo
Foto: Fabio Motta/Estadão

Um outro setor da bacia da Foz do Amazonas recebeu ofertas lideradas por Chevron e Petrobras. No total, foram leiloados 8 blocos por R\$ 305,1 milhões, com ágio de 691% e investimento de R\$ 305,1 mi das companhias.

A estatal foi a empresa que mais levou blocos no leilão:

13 dos 34 vendidos.

A Petrobras programa investir US\$ 3,1 bilhões até 2029 na exploração da Margem Equatorial.

Ao todo, a ANP faz a oferta de 47 blocos na Bacia da Foz do Amazonas. Essa foi a primeira vez que setores disponíveis na bacia da Foz do Amazonas entraram em oferta desde a implementação da OPC.

Protestos contra o leilão



Cerca de 250 pessoas se concentraram em frente ao local do leilão, no Rio de Janeiro. Líderes de povos indígenas do estado do Mato Grosso, membros de sindicatos da indústria petroleira e representantes da sociedade civil criticavam o leilão.

Nicole Figueiredo de Oliveira, diretora executiva do Instituto Internacional Arayara, diz que dos blocos da bacia do Foz do Amazonas, 45 estão sendo ofertados sem “a devida análise ambiental”.

“São áreas sensíveis e biodiversas da Amazônia e que estão sendo ofertadas no ano da COP30. Já apresentamos cinco ações civis públicas e vamos continuar questionando esse leilão”, declarou ao Estadão/Broadcast.

Essa é a primeira vez que setores disponíveis na bacia da Foz do Amazonas entraram em oferta desde a implementação da OPC.

Um dos pontos criticados pelos representantes dos povos indígenas Tapayuna, Manoki e Parecis foi a “rapidez” do governo federal em mapear as áreas que podem ser exploradas por empresas do exterior, enquanto a demarcação dos territórios é alvo de questionamentos no Congresso e de avaliação do no Supremo Tribunal Federal (STF).

Ágio total do leilão passou de 530%

Não houve requerimento para repescagem do leilão de áreas de petróleo e gás natural. O ágio total da negociação foi de 534,47%, com nove empresas participantes. Os investimentos previstos somam R\$ 1,4 bilhão.

Os cálculos do Ministério de Minas e Energia prévios ao leilão mostravam que o potencial era arrecadar R\$ 444 milhões em bônus de assinatura e mais de R\$ 3,2 bilhões em investimentos exploratórios mínimos.

O prazo para a apresentação dos documentos de qualificação das licitantes vencedoras termina no dia 9 de julho. Outras três etapas documentais estão previstas antes da assinatura dos contratos de concessão, marcada para 28 de novembro.

A ANP diz que, para garantir que a exploração ocorra de forma sustentável, foram aprovados critérios adicionais às rodadas de licitação.

“Foram feitos ajustes para proteger áreas adjacentes a terras indígenas, territórios quilombolas e áreas de preservação. Essa medida representa um avanço significativo na oferta de áreas que alinhem aspectos sociais e ambientais e excluindo as áreas mais sensíveis”, declarou Patrícia Baran, diretora geral interina da ANP, durante seu pronunciamento.

Estavam aptas a apresentar ofertas no leilão mais de 30 companhias: Petrobras, Aguila Energia, Apoema, Atem, BP Energy, Chevron, as chinesas CNODC e CNOOC, Dillianz, Dimensional Engenharia, Ecopetrol, Energizzi, Equinor, ExxonMobil, Federal Energia, Fluxus Óleo, Gás & Energia, Grupo Ubuntu, Karoon, Mandacaru Energia, Newo Óleo e Gás, NTF Óleo e Gás, Origem Energia, Petroborn Óleo e Gás, Petrogal, PetroRecôncavo, QatarEnergy, Shell, Sinopec, TotalEnergies e Westlawn Energia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/06/2025

PETROBRAS FOI A EMPRESA QUE MAIS LEVOU BLOCOS NO LEILÃO DE ÁREAS DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

Estatel comprou 13 blocos dos 34 vendidos; arrecadação total do leilão para o governo chegou a quase R\$ 1 bilhão

Por Denise Luna (Broadcast) e Gabriela da Cunha (Broadcast)

A Petrobras foi a empresa que mais levou blocos de petróleo e gás natural no 5º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão, realizado nesta terça-feira, 17, e que arrecadou quase R\$ 1 bilhão de para o governo.

A estatal comprou 13 dos 34 blocos vendidos, informou a diretora-geral interina da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“Na visão da ANP, o leilão foi extremamente positivo e demonstrou a confiança dos investidores, com a venda de 34 blocos”, disse Baran após o leilão.

Ela destacou ainda que a norte-americana Chevron foi a empresa que mais pagou pelos blocos, no total R\$ 350 milhões, e duas empresas estrearam no leilão da ANP: CNPC e Dillianz.

Fazia um ano que não havia leilões de áreas de petróleo e gás natural no Brasil.

Foram ofertados 172 blocos e vendidos 34. A arredação exata foi de R\$ 989,2 milhões.

A venda inclui blocos localizados na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial, o que é um tema polêmico em razão do risco ambiental, com disputas políticas e judiciais.

A bacia da Foz do Amazonas é uma das cinco que compõem a Margem Equatorial brasileira, a última grande fronteira petrolífera no Brasil e considerada uma espécie de segundo pré-sal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/06/2025

CONTROLADORA DO AEROPORTO DE GUARULHOS FECHA ACORDO E GANHA PRAZO PARA EVITAR RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Empresa terá 15 dias, prorrogáveis por mais 15 dias, para conseguir renegociar a dívida de R\$ 1,5 bilhão

Por Elisa Calmon (Broadcast) e Cynthia Decloedt (Broadcast)

A Invepar, controladora do GRU Airport, concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos, e da Linha Amarela (Lamsa), no Rio de Janeiro, chegou a um acordo com credores para ampliar o prazo da proteção judicial obtida pela companhia. Com isso, a empresa consegue, ao menos por enquanto, evitar uma recuperação judicial.

O prazo aprovado para o “standstill” (suspensão do pagamento de dívidas) é de 15 dias, prorrogáveis por mais 15. As dívidas em renegociação somam R\$ 1,5 bilhão.

A proteção contra credores obtida pela companhia em antecipação a um eventual pedido de recuperação judicial, expira meia-noite de hoje. A prorrogação dessa proteção foi formalizada na Justiça ontem. A assembleia-geral extraordinária de acionistas, que seria realizada para deliberar sobre o possível pedido de recuperação, havia sido suspensa na última quinta-feira, 12, e remarcada para ontem. No entanto, o encontro foi novamente adiado e estava previsto para acontecer às 13h de hoje.



Invepar é controladora da GRU Airport, concessionária do aeroporto de Guarulhos Foto: Evelson de Freitas/Estadão

Em nota, a Invepar afirma que o fechamento do acordo permite a construção de uma saída negociada entre as partes. Isso porque ficam suspensos os pagamentos de dívidas da companhia no prazo acordado (standstill, na terminologia de mercado). O acordo ainda passa pela

Justiça, mas como há entendimento entre as partes, a expectativa é de aprovação.

“A Invepar e suas controladas mantêm seus compromissos públicos de seguirem alinhadas às práticas de mercado e manifesta a certeza de que chegará a bom termo nas negociações com seus credores”, reforça a companhia.

Negociações

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a empresa pediu mais tempo para avançar nas negociações com o Mubadala Capital, fundo soberano de Abu Dhabi e credor de metade dos R\$ 650 milhões em debêntures emitidas pela Invepar. O Mubadala, por sua vez, solicitou o vencimento antecipado da dívida. A outra metade dos títulos está nas mãos dos fundos de previdência Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa), que, por serem acionistas da Invepar, estão impedidos de votar em deliberações relacionadas às debêntures.

O vencimento antecipado foi pedido em razão do descumprimento de obrigações previstas no contrato por dois meses, da ordem de R\$ 30 milhões, envolvendo o repasse de dividendos da Lamsa e de parte dos recursos levantados com a venda da participação de 4,73% no VLT Carioca para a Motiva (ex-CCR), concluída em março deste ano.

Às vésperas da assembleia que decidiria os próximos passos da empresa, a Invepar confirmou, na última sexta-feira, 13, que chegou a um acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro para manter a vigência da concessão da Lamsa até o final do prazo contratual estabelecido no 11º Termo Aditivo, ou seja, em 2037. A informação foi antecipada pelo Estadão/Broadcast. O entendimento encerra um imbróglio que remonta a meados da década passada, com as duas partes se comprometendo a encerrar todas as ações judiciais abertas desde então.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 17/06/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

PREÇOS DE IMPORTAÇÃO NOS EUA FICAM ESTÁVEIS EM MAIO, APÓS ALTA DE 0,1% EM ABRIL

Em relação ao mesmo período no ano anterior, houve um aumento de 0,2%, segundo dados do Departamento do Trabalho americano

Por Valor — São Paulo



Porto de Savannah, na Georgia (EUA) — Foto: Stephen B. Morton/AP

Os preços de importação nos Estados Unidos ficaram estáveis em maio, após uma alta de 0,1% no mês anterior. Alguns economistas esperavam queda de 0,1%. Em relação ao mesmo período no ano anterior, houve um aumento de 0,2%. Os dados são do Departamento do Trabalho (BLS, na sigla em inglês).

O preço de importação de combustíveis cedeu 4% em maio, após queda de 2,6% em abril. Os preços dos combustíveis importados caíram 15,7% nos últimos 12 meses, a maior queda anual desde que o índice caiu 17,9% no ano encerrado em setembro de 2024. Já o preço de outros produtos importados, excluindo combustíveis, subiram 0,3%.

O custo com importação de alimentos caiu 0,3% em maio. Já os preços de suprimentos e materiais industriais, excluindo combustíveis, teve alta de 1,3%.

Os preços das principais categorias de produtos acabados importados tiveram alta em maio. Os custos de bens de capital aumentaram 0,2%. O índice de preços de veículos automotores subiu 0,1%. Já os preços de bens de consumo importados avançaram 0,2%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 17/06/2025

FERROVIA ENTRE RJ E ES GERA INTERESSE E INCERTEZA

Governo federal faz ajustes em leilão para reduzir riscos e prevê modelagem final até agosto

Por Taís Hirata — De São Paulo

Anel Ferroviário Sudeste

Governo prepara leilão de nova concessão ferroviária



Fonte: ANTT

O projeto do novo Anel Ferroviário Sudeste, a ferrovia EF-118, que deverá ser construída entre Espírito Santo e Rio de Janeiro, atraiu interesse no mercado, mas também gerou incertezas. O governo já trabalha em ajustes no modelo, que deverá ser finalizado até o início de agosto, segundo o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

As mudanças em estudo incluem alterações no traçado para mitigar questões ambientais, um seguro para garantir aportes públicos e a inclusão de um trecho de

80 km no Espírito Santo, que a princípio ficaria a cargo da Vale.

O leilão da ferrovia é visto como o único do setor com chance de sair até o fim da atual gestão. O governo federal já anunciou outras duas licitações do Plano Nacional de Ferrovias, mas que são vistas com mais descrença: a Ferrogrão e o corredor Fico (Ferrovia de Integração Centro-Oeste)-Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste).

A concessão da EF-118, a princípio, terá 170 km, com o chamado Trecho Central, entre Anchieta (ES) e São João da Barra (RJ), próximo ao Porto do Açu. A previsão inicial do contrato era de R\$ 4,6 bilhões de investimento, e um aporte do governo de R\$ 3,3 bilhões para viabilizar a obra - porém, com os ajustes, os valores vão subir.

O projeto também prevê a possibilidade de, no meio do contrato, um segundo bloco ser incorporado: o Trecho Sul, com 325 km, até Nova Iguaçu (RJ), onde haveria conexão com a malha da MRS.

Para que o segundo trecho seja incluído, o contrato terá que passar por reequilíbrio econômico-financeiro. O governo trabalha em ajustes no tema: a ideia é que a construção do bloco Sul seja uma obrigação, mas que só será ativada se forem atingidos gatilhos de demanda da região. “O início da fase 3 ou 4 do Comperj [Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro] geraria demanda para isso.”

Além disso, o corredor contempla um terceiro trecho de 80 km no Espírito Santo, entre Anchieta e Santa Leopoldina: o Ramal Anchieta, que garante a conexão com a Estrada de Ferro Vitória-Minas, da Vale. A ideia era que a mineradora ficasse responsável pela construção, mas o mercado vê o arranjo como risco, então o governo estuda incluir a obra na concessão.

“É um assunto que surgiu em todas as conversas com interessados. A ferrovia pode gerar concorrência à Vale, então há desconfiança de deixar a obra com o grupo. É o tema mais sensível”, disse Santoro.



Segundo ele, as consultas iniciais ao mercado atraíram 24 empresas, mas ele avalia que ainda é cedo para mensurar o real interesse. “Quando tivermos o modelo final, vamos fazer nova rodada e teremos mais clareza.” Os interessados incluem operadores ferroviários, portuários (dado que o corredor passaria por diversos terminais), construtoras e grupos estrangeiros, como chineses e espanhóis.

Um deles é o Porto do Açu, da Prumo, que busca compor consórcio, dizem fontes. Além disso, o grupo está disposto a construir um ramal ferroviário de 43 km para conectar o porto à malha, o que demandaria outro investimento, estimado em R\$ 650 milhões, que poderia ser feito em fases.

A Equipav também tem analisado de modo preliminar leilões ferroviários federais e poderá se juntar a um grupo chinês que já procurou a empresa, diz uma fonte.

Entre os operadores tradicionais, a MRS é apontada como potencial interessada, devido à possibilidade de conexão do corredor. Porém, questionada a respeito, a empresa afirma que não vai participar do leilão. Há também expectativa de que a Vale estude o ativo, pela ligação com a Vitória-Minas.

Fontes dizem que a VLI tem interesse, mas que a prioridade são as discussões da renovação antecipada da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). No caso da Rumo, a percepção é que o foco são os investimentos em curso no Mato Grosso.

Para David Goldberg, diretor sênior da A&M Infra, que apoia a modelagem, deve haver interesse de construtoras, dado que os aportes públicos cobrem a obra. “O projeto pode não ter operadores, porque grande parte do fluxo não precisa vir de operação endógena, pode ser de direito de passagem de outras ferrovias. Mas, para isso, é preciso viabilizar a conexão”.

Procurado, o Porto do Açu afirma, em nota, que já tem autorização para construir o ramal de 43 km e que “avalia permanentemente oportunidades e modelos de parcerias que possam agregar valor aos negócios”. A Equipav, a Vale e a Rumo preferiram não se manifestar. A VLI diz que “analisa todas as oportunidades” e que neste momento “está comprometida com a renovação antecipada” da FCA.

Apesar do interesse na etapa preliminar, analistas dizem que será desafiador tirar do papel a ferrovia, a ser construída do zero. Uma pessoa interessada no projeto avalia que será necessário formar consórcios com operadores ferroviários, portuários e construtoras, e que o governo terá de entrar com recursos e garantias firmes, além de apoio no financiamento.

“Projetos ‘greenfield’ são por definição difíceis de serem executados. Pelo custo, tanto no planejamento quanto na implantação, e pelo tempo alongado de retorno do projeto”, afirma Cláudio Frischtak, sócio da consultoria Inter.B.

Para ele, é imprescindível assegurar a construção do ramal Anchieta para viabilizar o corredor. Além disso, é preciso dar garantias do pagamento dos aportes públicos. “Seria possível criar uma conta especial. Tem que dar segurança de que os recursos estarão lá.”

O aporte dos recursos públicos também é apontado como ponto sensível por Eduardo Carvalhaes, do Lefosse. “No caso do governo federal, que tem menos experiência em Parcerias Público-Privadas, há dúvida sobre as garantias.”

Sobre esse ponto, Santoro afirma que o governo planeja usar recursos de repactuações de outras concessões, como a da MRS, para subsidiar o projeto. A alternativa seria usar o orçamento da União - mas a discussão será analisada internamente apenas quando o valor final do projeto for fechado. Além disso, o secretário diz que está em estudo a contratação de uma apólice de seguro para garantir o aporte público. “Se o governo não paga, alguém vai pagar, isso não eleva a despesa fiscal, mas dou mais tranquilidade ao privado.”

Fonte: Valor Econômico - SP

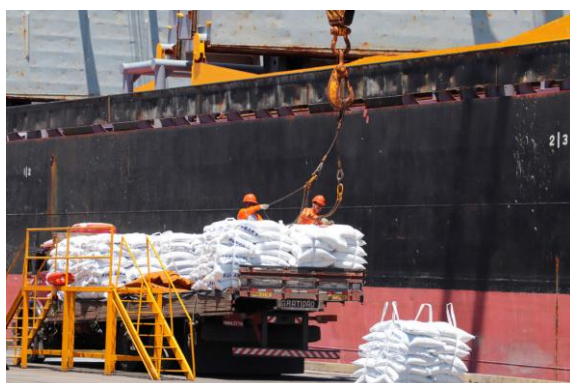
Data: 17/06/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

COMISSÃO DO PL 733 VAI HARMONIZAR DEBATES, AVALIA FENOP

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 16/06/2025 - 23:41



Presidente da federação, Sérgio Aquino, considera que é preciso definir melhor regimes público e privado de exploração portuária

A Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) defende que a comissão especial da Câmara dos Deputados que discute o novo marco regulatório do setor portuário (PL 733/2025) será a oportunidade de fazer uma 'harmonização' de todos os debates sobre a atualização da Lei dos Portos vigente (12.815/2013). A Fenop considera que uma das vantagens dessa comissão é a chance de uma análise unificada,

coerente e mais harmônica.

A avaliação da Fenop é que o relatório da Ceportos, o anteprojeto e o PL 733 definem como objetivo a necessidade de recuperação da atratividade do porto de propriedade pública para que esses dois regimes continuem. "Temos que agora efetivamente esperar que o congresso transforme isso efetivamente em uma nova legislação, ainda esse ano, para que a gente tenha efetividade de ação", comentou o presidente da Fenop, Sérgio Aquino, à Portos e Navios.

Aquino observa que há temas avançados na mesa de negociação e que agora aguardam a timing político. Ele acredita que a comissão especial foi criada porque o marco regulatório é um programa completo. "É importante que haja uma harmonização de todos os debates. Cada comissão tem um foco, altera o que o outro fez", acrescentou. O presidente da Fenop também considera que a comissão especial é mais célere, o que ajuda a reduzir a insegurança jurídica e a trazer competitividade.

A Fenop observa que hoje o porto público não possui estímulos para médio e longo prazo para o setor empresarial vê-lo como opção. Aquino disse que é preciso definir melhor os regimes de exploração portuária — público e privado. "Em função de todas as dificuldades, estamos num momento decisivo: Vamos transformar os dois regimes competitivos ou vamos manter do jeito que está e o setor empresarial vai, cada vez mais, ver o TUP como primeira opção?", indagou Aquino.

Ele citou que, em 2024, 43% da soja foram exportadas pelos TUPs, enquanto mais de 30% dos contêineres foram movimentados em terminais privados. "Isso mostra que esse é o regime do setor empresarial. Se continuarmos desprezando o bem público do porto de propriedade pública, vai chegar uma hora em que o governo talvez tenha que 'TUPinizar' dentro do porto ou transformar tudo em TUP, como a Inglaterra fez. Temos que decidir agora qual o caminho...", analisou.

A Fenop aponta que o trabalho avulso precisa de competitividade frente ao trabalho vinculado para que o setor possa utilizar o trabalho mais adequado e viável, conforme cada tipo de operação. A federação estima cerca de 22.000 trabalhadores contratados legalmente na época em que era permitido contratar no mercado sem inscrição do órgão gestor de mão de obra (Ogmo).

Com a mudança das regras, hoje esses trabalhadores são 'reféns' do emprego. Se um terminal quiser contratar e oferecer o dobro do salário para ele, ele não pode ir porque não tem inscrição em Ogmo. "Essa transição precisa também de um programa social, de um programa de indenização para que os trabalhadores que quiserem sair do sistema sejam indenizados e a gente também transforme o Ogmo numa entidade mais modernizada, com maior poder de gestão e onde for necessário trabalhar avulso ele continuará competitivo", projetou Aquino.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/06/2025

PORTO ITAPOÁ CELEBRA MARCA DE 10 MILHÕES DE TEUS EM 14 ANOS

Da Redação Portos e logística 16/06/2025 - 21:47



O Porto Itapoá celebrou (SC), nesta segunda-feira (16), 14 anos de operação e a movimentação de 10 milhões de TEUs nesse período. No primeiro quadrimestre de 2025, o terminal privado foi o segundo maior movimentador de contêineres do Brasil, com mais de 269 mil unidades registradas — aumento de 23% em relação ao mesmo período de 2024, superando em mais de três vezes a média nacional de crescimento (6%), conforme dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O terminal mantém a liderança absoluta na região Sul do país. Em 2024, foram movimentados 660.742 contêineres, consolidando a liderança em Santa Catarina e o terceiro lugar no ranking nacional. Em 2014, apenas três anos após sua abertura, atingiu a marca de 1 milhão de TEUs. Em 2016, dobrou esse volume, chegando a 2 milhões, e, no ano seguinte, ultrapassou 3 milhões. "Cada conquista reflete o resultado de muito trabalho e investimentos contínuos em infraestrutura e tecnologia", avaliou o CEO do Porto Itapoá, Ricardo Arten.

Atualmente, Itapoá está executando a fase IV de sua expansão, com investimentos de R\$ 500 milhões. O projeto inclui a ampliação de 120 mil m² de pátio, que estarão disponíveis até 2026, a incorporação de um novo portêiner (o oitavo do terminal) e a aquisição de 12 RTGs híbridos com operação remota. A modernização também prevê a chegada de nove novos terminal tractors (TTs), além da adição de um terceiro scanner de última geração e a ampliação do cais em 400 metros, permitindo a atracação simultânea de três navios de grande porte.

A parceria público-privada com o Porto de São Francisco do Sul (SC) tem como objetivo viabilizar a dragagem do canal de acesso à Baía da Babitonga. O projeto, com investimento estimado em R\$ 300 milhões, permitirá a operação de navios de até 366 metros de comprimento e capacidade para 16 mil TEUs. Os sedimentos da dragagem serão usados para a recuperação das praias de Itapoá, ampliando a faixa de areia. A expectativa é que as obras de dragagem tenham início ainda em 2025 e sejam concluídas em 2026.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/06/2025

COMITIVA DA MARINHA DO BRASIL VISITA NUCLEP

Da Redação Indústria naval 16/06/2025 - 21:18



Uma comitiva da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha do Brasil (DGDNTM) realizou, nesta segunda-feira (16), uma visita técnica à Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., em Itaguaí (RJ). De acordo com a Nuclep, o objetivo da ida do

grupo às instalações da Nuclep foi acompanhar as obras do primeiro submarino nuclear convencionalmente armado (SNCA) “Álvaro Alberto”, cuja previsão de lançamento ao mar é 2029.

A Nuclep informou que os oficiais percorreram o parque fabril da empresa para avaliar possíveis adequações no layout da fábrica voltadas ao atendimento das demandas do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (Prosub). A comitiva, liderada pelo VA Neves e pelo CA Ximenes, foi recebida pelo presidente da Nuclep, Alexandre Vianna Santana.

PUBLICIDADE

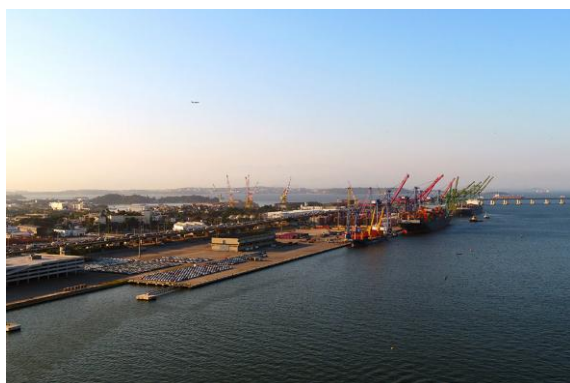
A visita também contou com a presença de representantes da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN) e do Centro de Projetos de Sistemas Navais (CPSN). “A Marinha reúne duas das principais áreas de atuação da Nuclep: os segmentos de Defesa e Nuclear. Quando falamos de um submarino com propulsão nuclear, estamos diante de um projeto estratégico. Receber esse tipo de cliente reforça nossa relevância e protagonismo nesse mercado”, afirmou Santana.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/06/2025

MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DO RIO CRESCE 27% NO 1º QUADRIMESTRE

Da Redação Portos e logística 16/06/2025 - 20:00



O Porto do Rio de Janeiro movimentou 5,4 milhões de toneladas entre janeiro e abril, um crescimento de 27,48% em relação com o mesmo período do ano passado. Os dados do quadrimestre são do Estatístico Aquaviário, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Entre os destaques do período está a carga containerizada, com 3,8 milhões de toneladas, um avanço de 21,92%.

O granel sólido alcançou 774 mil toneladas (alta de 20,86%), enquanto o granel líquido apresentou o maior crescimento percentual do período: 74,98%, somando

540 mil toneladas. Já a carga geral chegou a 324 mil toneladas, aumento de 60,85%, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Do total de cargas movimentadas entre janeiro e abril de 2025, 1,1 milhão de toneladas foram transportadas por cabotagem, o que representa 35,18% a mais do que nos primeiros quatro meses do ano passado. Na navegação por longo curso, foram 3,6 milhões de toneladas, 19,61% a mais do que em 2024.

Além de carga geral, containerizada, granéis sólidos e líquidos, o Porto do Rio de Janeiro atua também com produtos siderúrgicos, trigo concentrado de zinco e cargas de apoio offshore. Desde abril deste ano, o Porto do Rio está pronto para receber embarcações com maior volume de carga, após a conclusão das obras de dragagem do canal principal, feitas pela Portos Rio.

Com um investimento de R\$ 163 milhões, a profundidade do canal passou a ser de 15,3 metros, permitindo um aumento estimado de até 700 TEUs por embarcação. O porto também passou por uma atualização dos sinais náuticos, possibilitando que embarcações com até 366 metros de comprimento realizem manobras com segurança, aumentando ainda mais a competitividade do terminal carioca. A expectativa é que a modernização eleve a capacidade operacional do terminal e fortaleça sua posição estratégica no cenário nacional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/06/2025

TERMINAL DE GUARÁ DA VLI TRIPLICOU VOLUME MOVIMENTADO EM UMA DÉCADA

Da Redação Portos e logística 16/06/2025 - 19:45



O Terminal Integrador de Guará, localizado no interior de São Paulo, completou 10 anos de operações de açúcar da VLI. Primeiro ativo da companhia voltado exclusivamente para a movimentação do produto, na última década, o terminal mais que triplicou o volume transportado em suas instalações, saltando de 1,38 milhão para os atuais 4,5 milhões registrados na safra de 2024/2025. O TIGU escoar açúcar VHP (Very High Polarization), fornecido por 29 usinas.

De acordo com a VLI, o volume transportado por meio do ativo na última safra com destino às exportações no

Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam) correspondeu a cerca de 70% do total de 6,2 milhões de toneladas movimentadas na Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) pela VLI na temporada 2024/2025.

PUBLICIDADE

Em 2020, a VLI inaugurou um novo armazém no terminal, desenvolvido em parceria com a Tereos, uma das empresas líderes no Brasil na produção de açúcar, etanol e energia a partir da biomassa da cana. Com a instalação, atualmente, o terminal possui capacidade para armazenar 160 mil toneladas do produto e, aliado a um sistema integrado, faz com que o ativo tenha mais agilidade no escoamento das cargas para exportação rumo à Baixada Santista.

O diretor de operações da VLI para o Corredor Sudeste, Marcelo Cardoso, destacou que o terminal em Guará agrega competitividade na rota de exportação do produto via Santos. “O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de açúcar, com os estados do Sudeste, como São Paulo e Minas Gerais, responsáveis por boa parte deste volume. Por isso, o segmento é estratégico para a VLI”, avaliou Cardoso.

O corredor Sudeste da VLI atende fluxos de importação e de exportação por meio da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e do Tiplam, localizado em Santos (SP). A área de cobertura abrange estados como São Paulo, Minas Gerais, Goiás e o Distrito Federal, movimentando açúcar, grãos e fertilizantes, majoritariamente. A estrutura do corredor também inclui dois terminais integradores, em Uberaba (MG) e Guará (SP), onde é feito o transbordo da carga para o sistema ferroviário.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 17/06/2025

OBRAS DO MOEGÃO ALCANÇAM 52,5% DE EXECUÇÃO

Da Redação Portos e logística 16/06/2025 - 18:50



A Portos do Paraná informou, nesta segunda-feira (16), que a obra do ‘Moegão’ alcançou a marca de 52,5% de execução. O projeto, de grande complexidade em engenharia, irá conectar 11 terminais portuários por meio de galerias aéreas e reduzirá os cruzamentos de linhas férreas na cidade, passando de 16 para cinco. A



previsão da entrega da obra é dezembro de 2025 com operação prevista para ser iniciada ainda em 2026.

A nova estrutura vai dinamizar o processo de recebimento de cargas, que hoje são descarregadas separadamente em cada terminal. Neste sistema, apenas 550 vagões são descarregados diariamente. Com o Moegão, o descarregamento será padronizado em um único espaço, com capacidade para receber mercadorias de até 900 vagões por dia.

O Moegão é composto por três linhas férreas independentes, que, juntas, poderão receber 180 vagões simultaneamente. Como não haverá a necessidade de entrada nos terminais, as manobras hoje necessárias para o descarregamento deixarão de existir. Assim, as composições entram e saem do complexo reduzindo sensivelmente as interrupções no trânsito da cidade.

Assim que for posicionada, a carga cairá dos vagões por gravidade diretamente nos funis (moegas), que estão abaixo do nível do solo. Imediatamente, os grãos ou farelos serão transportados por correias até os elevadores, que por sua vez enviam os produtos para as galerias aéreas de transporte. As galerias serão ligadas aos terminais portuários, onde os produtos ficam armazenados até o momento do embarque nos navios.

A autoridade portuária destacou que, além da parte civil, a obra avança conforme o cronograma na instalação das estruturas que farão todo o complexo funcionar, como as galerias aéreas. Essas galerias são formadas por módulos. No interior de cada um, estão sendo instaladas três esteiras transportadoras, cada uma com capacidade para levar até 2.000 toneladas por hora de grãos vegetais. “As correias farão o transporte conectando os terminais à faixa portuária. Serão 1,7 km de galerias transportadoras”, explicou o diretor de engenharia e manutenção da Portos do Paraná, Victor Kengo.

“Estamos avançados com a parte das galerias metálicas e seguimos no mesmo ritmo com a montagem dos equipamentos dentro das galerias. A parte crucial do nosso escopo está bem encaminhada”, acrescentou o supervisor de planejamento da obra, Marcos Aurélio Magno Bonzato.

O presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, explicou que o equipamento logístico vai recepcionar trens com mais eficiência e agilidade. “Estamos investindo em um projeto revolucionário no transporte de grãos por ferrovia, que ampliará a produtividade dos portos paranaenses”, afirmou. A expectativa é aumentar em 60% a capacidade ferroviária a partir da conclusão.

O governo do Paraná, por meio da Portos do Paraná, está aplicando R\$ 592 milhões na etapa das moegas e transportadores, e outros R\$ 61 milhões na estrutura de acesso rododotferroviário. O projeto, financiado com recursos próprios e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), permitirá que o Cais Leste descarregue 24 milhões de toneladas anualmente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/06/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 17/06/2025